

# A organização do trabalho, o socialismo científico e o socialismo utópico

## I

### A POSIÇÃO DOS FUNDADORES DO SOCIALISMO «CIENTÍFICO» SOBRE ALGUMAS QUESTÕES BÁSICAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

#### 1. ENGELS, OS ANARQUISTAS E A QUESTÃO DA «AUTORIDADE» NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Se a corrente socialista fundada por Marx e Engels reclamou desde o início a qualidade de científica, fê-lo em grande parte com o objectivo de se demarcar dos anteriores socialismos, que qualificou de «eclecticos», «primitivos», «utópicos», «mediócras», «burgueses» e até mesmo «reaccionários». O socialismo marxista propunha-se ultrapassar todos estes socialismos por uma ascensão histórica e definitiva às alturas da ciência. Essa demarcação em relação ao socialismo «primitivo», apresentada sempre como uma ultrapassagem, é tão indispensável para a definição do socialismo «científico» como a negação sistematizada do capitalismo e sua ideologia. Empenhados num «combate sem tréguas» ao regime e ideologia capitalistas, os socialistas «científicos» nem por isso deixariam jamais de se exercitar na demarcação em relação aos «falsos socialismos». Este duplo combate, encarado também como permanente autopurificação, acabaria, no entanto, por revelar duas faces laterais do socialismo científico, duas linguagens-chave, dois tipos de abordagem, consoante a localização político-ideológica dos adversários — «burgueses» ou «falsos socialistas». Porque as armas próprias pareciam escassear para este fogo duplo, os socialistas científicos ter-se-ão visto frequentemente na emergência de utilizar o arsenal de uns adversários contra os outros. Isto conduziu-os, entre muitas outras coisas, à demonstração involuntária de que, em vastas zonas, o «reino da burguesia» confinava directamente com o «reino da utopia», fechando a saída para a «ciência». É o que se passa no caso do artigo de Engels «Da autoridade», que em seguida será analisado. Este texto é facilmente confrontável com outros seus escritos ou com certos escritos de Marx, constatando-se uma considerável divergência de posições. Por este motivo, seria arbitrário apresentar o referido artigo como a única posição marxista sobre o assunto. Reflecte, sim, uma das faces do socialismo científico, a do combate ao socialismo «falso», ou «utópico», com armas típicas da filosofia «burguesa».

Sob o signo da luta contra o «falso socialismo» dos antiautoritários (anarquistas), foi em 1873 publicado o artigo intitulado «Da autoridade», escrito por Engels pouco depois da Comuna de Paris. A leitura deste texto permitirá rapidamente constatar que é o tema do *poder* que se dissimula sob a designação de «autoridade», subtileza linguística própria da duplicidade do socialismo científico, a que acima se faz referência. Desdobra-se nas linhas deste artigo, com nitidez, certo positivismo tecnicista e tecnocrático contido na doutrina socialista de Marx e Engels, o que o tornou uma das peças dos clássicos mais discutidas e contestadas entre os próprios marxistas. As múltiplas referências de Lenine e Estaline a este artigo também lhe conferem uma importância e um significado especiais.

Em «Da autoridade», Engels analisa, entre outras, a questão da «autoridade» na futura organização (socialista) do trabalho. Polemizando com os anarquistas, para quem a «abolição da autoridade» deveria constituir o primeiro e o principal acto da «revolução social», Engels desafia umas tantas «cruas verdades» com que pretende demonstrar a inevitabilidade e o crescente papel da «autoridade» na organização do trabalho, mesmo após a hipotética revolução. Defende as seguintes teses:

As técnicas de produção, o «mecanismo automático», o vapor, etc., são totalmente indiferentes à vontade e autonomia dos indivíduos e exercem sobre estes a sua «tirania» (ou «despotismo»). Uma estrutura autoritária é inerente à indústria (grande indústria) e, como tal, é *socialmente neutra, independente de toda e qualquer organização social*<sup>1</sup>.

A «revolução social» eliminará a autoridade *política* (o carácter político da autoridade), mas conservará, consolidará mesmo, uma autoridade inevitável que as condições materiais impõem. As questões ligadas à produção continuarão a ser resolvidas «autoritariamente».

É *indiferente* o modo de atribuição ou funcionamento da autoridade nos locais de trabalho, na sociedade socialista, uma vez que essa autoridade não será *política* e na medida em que não fará mais do que responder às condições materiais de produção e à necessidade de coordenação de toda e qualquer «acção combinada» de indivíduos<sup>2</sup>.

Por sua vez, o Estado, ao fim de certo tempo, desaparecerá como Estado *político*, para passar a exercer «simples funções administrativas», servindo assim os *verdadeiros* interesses da sociedade.

Qualquer concepção positivista e tecnocrática se caracteriza, hoje como no século passado, pelo *antipolitismo*<sup>3</sup> que Engels aqui manifesta inequivocamente, propondo a imagem duma sociedade cientificamente organizada, livre das especulações filosóficas e das ideologias, confiada às competências

<sup>1</sup> «Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a grande indústria.» «O mecanismo automático duma grande fábrica é bem mais tirânico do que os pequenos capitalistas que empregam operários.»

<sup>2</sup> «Uma certa autoridade, *atribuída seja como for*, e uma certa subordinação são coisas que, independentemente de toda e qualquer organização social, se nos impõem em virtude das condições materiais em que produzimos e fazemos circular os produtos.»

<sup>3</sup> Sobre as ideologias políticas «apolíticas»: P. Birnbaum, *La fin du politique*, Ed. du Seuil, 1975.

desinteressadas, liberta do jogo dos poderes e da luta dos interesses (interesses, todos eles, mais ou menos «irracionais» e «inconciliáveis»). O mito-base de tais ideologias é, invariavelmente, o da próxima e definitiva despolitização (ou apolitização) da função gestonária. A gestão da economia despolitizar-se-ia pelo facto de se submeter e adequar inteiramente às condições materiais de produção (Engels), às exigências da técnica racionalizadora e aos critérios neutros das ciências positivas (concepção positivista). Assim se pretende conferir às tecnologias, à ciência e às «condições materiais» um estatuto de extra-sociedade e a-historicidade. A dimensão técnico-científica aparece como que em vias de «libertação» da dimensão socio-política. A «ciência política», constituída em «ciência exacta», pretende dar o golpe de misericórdia à *política*, eliminando os conflitos e suas causas, extinguindo a luta pelo poder e o próprio poder. (O que para uns é «ciência política», para outros é «socialismo científico»; a pretensão ao apolitismo do sistema político é a mesma.) É a tentativa de redução da política a uma técnica idílica de gestão racional, neutra e funcional.

Quando Engels nos fala da «autoridade do vapor», da «tirania do mecanismo automático» e do «despotismo das forças da natureza», a metáfora constitui-se sub-repticiamente em método analítico, de valor mais que duvidoso. A organização do trabalho na grande indústria parece desse modo obedecer — policiada pela técnica e pelas leis da física — à vontade de um deus cruel (a natureza) que se alimenta da «autonomia individual» humana, na sequência dum pecado original. O homem ousou profanar o domínio sagrado da natureza e alterar-lhe a ordem ancestral; a natureza «vinga-se» do homem e condena-o à penitência eterna: *«Se, pela ciência e pelo seu génio inventivo, o homem submeteu as forças da natureza, estas vingam-se dele submetendo-o por sua vez, e porque ele as utiliza, a um verdadeiro despotismo independente de toda e qualquer organização social.»* Engels partira duma definição precisa da autoridade: «imposição da vontade de *outrem* sobre a nossa.» A meio do texto, porém, o conceito alarga-se, universaliza-se, relativiza-se, estende-se à «vontade» das *coisas*, das *forças naturais*, etc. A linguagem poética, fundamentando o preconceito, substitui-se ao esforço de análise. O objectivo é apresentar o autoritarismo «inerente» à organização da grande indústria como herdeiro e legítimo representante da *ordem natural*, à qual o homem apenas *se submete* quando julga *alterá-la*. É o eclipse total daquele método crítico que serviu a Marx e a Engels para «socializar» o que a filosofia e a ciência social suas contemporâneas «naturalizavam». Perante o desvario «antiautoritário» dos anarquistas, a preocupação fundamental de Engels era estabelecer uma espécie de *filiação* das leis que regem a organização da produção às leis que regem a natureza (e particularmente — como o assinala D. Pignon<sup>4</sup> — às leis da *mecânica*, eminentemente determinista e linear na época de Engels). Sintomático, igualmente, o recurso de Engels, no seu artigo, a parábolas mistificantes (navio no alto mar em momento de perigo) ou a referência à organização dos *caminhos-de-ferro*, com a intenção de demonstrar a necessidade duma «autoridade imperiosa»... na fábrica!

Havia tanto em Engels como em Marx um fascínio pela *ordem*, pela *organização* e pela *proporcionalidade* vigentes no seio das *fábricas* capitalistas que contrastavam com a «anarquia», a guerra económica total, os

<sup>4</sup> «Pour une critique politique de la technologie», in *Temps Modernes*, Abril de 1975.

cataclismos cíclicos e o «acaso» que na *sociedade capitalista* regulavam a economia *a posteriori*, no quadro da livre concorrência. Marx chegou a esboçar uma curiosa teoria a este respeito, como veremos mais adiante. Engels (como, mais tarde, Lenine) via na organização da fábrica capitalista uma reunião dos critérios de cientificidade e racionalidade, uma célula ou embrião do socialismo no próprio tecido capitalista, mais ainda, um modelo para a própria *sociedade socialista* (Estado: empresa única). Engels insurgia-se, pois, contra aqueles que na própria esfera da produção pretendiam contestar uma «vontade dominante que se impõe a todas as questões subordinadas». E perguntava: «Por que razão os antiautoritários se não limitam à luta contra a *autoridade política*, contra o Estado (burguês)?» Na produção, a autoridade nada teria a ver com a autoridade política.

Na visão de Engels, uma vez desalojada a classe capitalista do poder, é vital manter em andamento todo o edifício produtivo herdado, o que não é possível sem o exercício da tal «vontade dominante que se impõe a todas as questões subordinadas» e coordena a «acção combinada» *pressuposta* pela grande indústria. Engenheiros, técnicos e operários, homens, mulheres e crianças, todos ao seu lugar! A autoridade dupla (técnica e política) anteriormente exercida pelo capitalista cederia o lugar à autoridade «simples» ou «científica» que a organização do trabalho industrial *exige*. Ora, porque esta exigência provém, na visão engelsiana, das *coisas* (do mecanismo automático, do vapor, etc.) e, *através delas*, da natureza e das suas leis, quedando-se assim à margem da organização social, torna-se, por essa razão, indiferente e secundário estabelecer *de que modo* vai ser atribuída aos (personificada pelos) diversos indivíduos a autoridade, como vai funcionar o mecanismo de exercício dessa autoridade. O modo — «seja ele qual for» — de atribuição da autoridade, segundo Engels, não altera um milímetro à fatal submissão da «autonomia individual» às despóticas leis da grande indústria (isto é, às leis da natureza). Assim transformou Engels a sua crítica legítima do utopismo anarquista numa variante da velha e sempre actual teoria do formalismo das liberdades (e dos poderes), tão cara ao espírito tecnocrático. As técnicas de produção, socialmente neutras, estáticas, inevitáveis, erguem-se deterministicamente por detrás das liberdades, formalizando-as. Desta «formalização» teórica das liberdades à prática de as banir o caminho é curto.

Em «Da autoridade» não se encontra uma só vez o conceito de *divisão do trabalho*, nem, conseqüentemente, se faz qualquer referência à necessidade de transformar o sistema de divisão do trabalho. Omissão muito significativa, que permite a Engels falar da técnica e da ciência como qualquer «filósofo burguês»: é posto de parte o problema da «submissão» da técnica e da ciência ao capital, que Marx havia detalhadamente exposto em *O Capital*. À «incómoda» expressão *divisão do trabalho*, Engels preferiu termos com conotações mais positivas e neutras: *cooperação*, *acção combinada*, *interdependência dos processos*. Por outro lado, na descrição que dá, no artigo em questão, sobre a *fábrica* (grande indústria), o trabalhador colectivo aparece, idilicamente, como sujeito dominante e o sistema mecânico como seu objecto<sup>6</sup>. Tudo isto era favorável ao encadeamento de ideias da sua tese antianarquista.

<sup>6</sup> Engels descreve a «fábrica moderna» do seu tempo como lugar «onde centenas de operários vigiam máquinas complicadas movidas pelo vapor». Esta descrição contrasta totalmente com a que Marx dá no capítulo «A fábrica», de *O Capital*.

A concepção engelsiana do determinismo *natural* da técnica e da organização do trabalho repousa no esquecimento de que as tecnologias de produção são necessariamente também *tecnologias sociais*, isto é, sistemas de organização, controlo e manipulação dum «factor de produção» muito especial: os trabalhadores. A «tecnologia de produção», quando considerada em abstracção dos homens que são, no trabalho, sujeitos, *mas também objectos*, da tecnologia, é uma abstracção temerária e de vocação tradicionalmente deturpadora. O artifício consiste em fazer sombra sobre as raízes e as incidências sociopolíticas das tecnologias de produção, apresentando estas últimas como simples formas de *regulamentação racional do metabolismo entre o homem e a natureza*.

Engels põe em hipótese «uma revolução social que destrone os capitalistas que presidem actualmente à produção e à circulação das riquezas». Em seguida, para demonstrar que, nessas circunstâncias, a «autoridade» não desaparece, mas apenas *muda de forma*, imagina uma fábrica de fiação, da propriedade dos seus trabalhadores, e vai apontar nas contingências tecnológicas dadas as fontes materiais e neutras da legitimidade *natural* da «autoridade». Uma questão essencial, de certo modo contida nos utópicos *slogans* dos antiautoritários, passou portanto completamente «despercebida» a Engels (tal como a Marx): poderão as técnicas e os meios de produção gerados em sistema capitalista ser adoptados e adaptados por um sistema realmente diferente de relações sociais, que se pretende impor por via «revolucionária», isto é, por via da ruptura fundamental? A «*autoridade da técnica*» (que se apresenta como um conjunto de contingências «naturais» na combinação do factor humano com os meios de produção existentes) está indissociavelmente ligada a uma «*técnica da autoridade*» (que não se limita a manusear «adequadamente» o factor humano de produção com vista a determinada acumulação, distribuição e utilização da riqueza, como tende igualmente a perpetuar estruturas de poder através da perpetuação de formas dadas da «autoridade da técnica»). Serge Mallet toca exactamente nesta questão ao afirmar que certos empresários têm a «consciência confusa de que a mecanização e parcelização do trabalho são afinal o sistema mais adequado à não contestação do sistema de produção capitalista nas empresas, mesmo se, do estrito ponto de vista da produtividade, o sistema de produção no qual o produtor está reduzido ao estado de objecto já não aparece hoje como sendo o melhor»<sup>6</sup>. (Sobre a corrente *antitaylorista* «patronal» ver o último capítulo do presente trabalho.)

Para os anarquistas não havia dúvidas de que o socialismo científico («autoritário») apenas pretendia eliminar fisicamente uma classe dominante, para logo a substituir por outra, não menos dominante. Para Marx e Engels era evidente que o antiautoritarismo exacerbado dos anarquistas nunca os levaria a lado nenhum. Mas autoritários e antiautoritários caíam no mesmo erro básico de apreciação da realidade política: a crença de que o *poder* é, a todos os níveis e a todo o momento, uma pura representação ou reflexo do poder central, o poder «político», encarado como «fortaleza» e «coração» do sistema. *Transformar* as relações de poder era, assim, para os antiautoritários, *destruir* a «fortaleza» e, para os autoritários, *tomá-la*. A partir desse momento crucial, todo o «resto» se reordenaria necessariamente, como um organismo liberto dum vírus.

---

<sup>6</sup> Mallet: *La nouvelle classe ouvrière*, Ed. du Seuil, 1969, cap. «Existe-t-il une aliénation technologique?».

Embora Engels, em outras obras, se tenha referido à transformação do sistema de divisão do trabalho (o que já não é uma forma «política» de transformação das relações de poder), não deve surpreender que tenha visto na educação e formação tecnico-científica dos trabalhadores o meio de efectivar essa transformação, após o derrube do Estado «burguês». Com efeito, para os fundadores do socialismo científico, os meios de produção da época e das sociedades por eles analisadas teriam já atingido um alto nível de «socialização», pelo facto da sua concentração e da «cooperação em grande escala» que subentendiam. Pedra basilar de toda a teoria da «revolução socialista», este juízo está na origem da pouca ou nenhuma atenção prestada pelo «socialismo científico» ao problema da especificidade dos meios de produção gerados em sistema capitalista e da especificidade dos meios de produção a desenvolver numa perspectiva socialista. Predominaram em Marx e Engels uma visão jurídica das «relações de produção» e uma visão naturalista das «condições materiais de produção», completando-se, aliás, muito bem uma à outra.

## 2. A PROPORCIONALIDADE INVERSA DA AUTORIDADE NO SEIO DA SOCIEDADE E NA FÁBRICA, SEGUNDO MARX

Numa violenta crítica das ideias de Proudhon sobre a divisão do trabalho, Marx enunciou na *Miséria da Filosofia* (1847) as suas teses sobre a relação e a diferença entre a «divisão social do trabalho» e a «divisão manufactureira do trabalho» em sistema capitalista. Mais tarde, em *O Capital*, retomando e desenvolvendo essas teses, Marx dar-lhes-ia uma forma teórica mais acabada. Na *Miséria da Filosofia*, Marx afirmara já: «Se se tomasse por modelo a divisão do trabalho numa oficina moderna, para aplicá-lo a uma sociedade inteira, a sociedade mais bem organizada para a produção das riquezas seria incontestavelmente a que tivesse apenas um empresário-chefe, distribuindo as tarefas segundo uma regra determinada com antecedência aos diversos membros da comunidade. Mas não é isso que se verifica. Enquanto, no interior da oficina moderna, a divisão do trabalho é minuciosamente regulada pela autoridade do industrial, a sociedade moderna tem como única regra e autoridade, para distribuir o trabalho, a da livre concorrência.» Estabelecia depois, como «regra geral», que «quanto menos a autoridade preside à divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da oficina e mais ela aí é submetida à autoridade de um só». Constatando ainda que, sob o regime de castas ou sob o regime feudal e corporativo (onde havia divisão do trabalho na sociedade inteira segundo regras fixas), era muito pouco desenvolvida a microdivisão do trabalho (no interior das comunidades ou corporações), conclui Marx com o seguinte enunciado: «A autoridade na oficina e a autoridade na sociedade, relativamente à divisão do trabalho, estão em relação inversa uma à outra.» Aplicar globalmente à sociedade a regulamentação *a priori* da divisão do trabalho acarretaria assim, nos locais de trabalho, o fim da autoridade absoluta de um só homem (o capitalista) sobre indivíduos transformados em simples apêndices do mecanismo produtivo.

Em *O Capital*, Marx enumera as diferenças entre microdivisão («manufactureira») e macrodivisão («social») do trabalho em regime capitalista. (Deve desde já precisar-se que, segundo Marx, a divisão «manufactureira» do trabalho se teria reproduzido e consolidado na fábrica «sob uma forma

ainda mais repugnante»; divisão «manufatureira» torna-se pois sinónimo de *parcelização embrutecedora e hierarquização do trabalho*.) As diferenças enunciadas são as seguintes: 1) na manufatura, os operários não produzem *mercadorias*, enquanto os produtos das diferentes unidades produtivas (que participam na macrodivisão do trabalho) têm sempre carácter de mercadorias; 2) na manufatura há uma «lei de ferro da proporcionalidade» que «submete números determinados de operários a funções determinadas», enquanto na sociedade são «o acaso e o arbitrário» que distribuem «os produtores e os seus meios de produção entre os diversos ramos de trabalho social»; 3) na divisão manufatureira há uma regulamentação *a priori* da distribuição das funções, enquanto na sociedade tal regulamentação se processa *a posteriori*, através de catástrofes, apenas como reacção contra a destruição permanente do equilíbrio; 4) na manufatura e na fábrica vigora a «autoridade absoluta» do capitalista sobre os operários, enquanto entre os produtores independentes (os capitalistas) apenas se reconhece a autoridade da concorrência.

A «autoridade absoluta» que o capitalista exerce sobre os operários (direito que lhe é conferido pela compra da força de trabalho) é comparada por Marx à autoridade de um comandante sobre as suas tropas, nas circunstâncias de uma guerra (económica) generalizada — *bellum omnium contra omnes*. A abolição da propriedade privada e a instauração de um regime de planificação central, procedendo à regulamentação *a priori* da divisão do trabalho na sociedade, poriam termo àquela guerra de todos contra todos. Consequentemente, a autoridade «absoluta» de uma só pessoa (comandante) sobre os operários (tropas) deixaria de ser necessária. Daí o fim da divisão despótica («manufatureira») do trabalho nas fábricas, segundo Marx.

Toda uma série de objecções haveria a fazer a esta teoria marxiana da «proporcionalidade inversa da autoridade». Não interessa aqui discutir alguns dos velhos dogmas em que esta teoria assenta. Um deles é a oposição absoluta entre regulamentação *a priori* (gestão e planificação centrais) e regulamentação *a posteriori* (através, *por exemplo*, da concorrência e dos mecanismos de mercado). É um dogma que assenta em outros dogmas, como o da existência de uma *única decisão «racional»* relativamente a cada uma das questões da sociedade. Outro velho dogma é o da possibilidade de transposição, para a sociedade global, dos critérios de regulamentação racional dos subsistemas produtivos e sociais.

Interessa aqui discutir, em primeiro lugar, o problema da relação entre a concorrência e a divisão «manufatureira» do trabalho. Entre estes dois termos há uma correlação incontestável, como Marx a apontou. É a concorrência que impõe, como condição de sobrevivência, o alinhamento pelos mais baixos custos ou pelos mais altos índices de produtividade, isto é, a obediência cega ao princípio da rentabilidade que influi no sentido duma organização «despótica» do trabalho. Por outro lado, o segredo industrial e o comercial, reflexos da concorrência e da lógica do lucro, são importantes factores de *parcelização e hierarquização* (segregação da informação e do poder de controlo) nos locais de trabalho<sup>1</sup>. Mas uma correlação não é uma ligação de causa a efeito e a divisão «manufatureira» do trabalho não é de modo nenhum explicável somente pela existência da «livre concorrência»

---

<sup>1</sup> Ver, sobre este assunto, o estudo de S. Marglin em *Critique de la division du travail* (coord. de A. Gorz.), Ed. du Seuil, 1973.

e dos mecanismos de mercado. As «experiências socialistas» mostram precisamente como a abolição de concorrência capitalista e o completo atrofiamiento do mercado, sem de modo algum «destronarem» o cálculo económico e a comparação dos custos, também não fizeram desaparecer a divisão «manufatureira» do trabalho. A busca da *economia de escala* e a *maximização* da produtividade e da acumulação, através da economia racional dos factores, exigiram, nas economias planificadas, a manutenção e o desenvolvimento da parcelização/hierarquização do trabalho. A coacção mediada pelo mercado foi «substituída» pela coacção do plano central, plano feito naturalmente com base em *cálculos económicos*. O interesse de *maximização da acumulação* não desapareceu, apenas mudou de sujeito, passando do empresário privado para o Estado<sup>8</sup>. Nos locais de trabalho desapareceu o capitalista, que encarnava e era a fonte natural da autoridade, mas esta última, passando a ser somente investida, exercida por direito conferido pelo Estado, nem por isso deixou de ser a tal «autoridade absoluta» que Marx atribuía apenas ao capitalista.

A teoria da «proporcionalidade inversa da autoridade» exige, neste ponto, duas novas objecções: uma ligada à indeterminação do conceito marxiano de «autoridade no seio da *sociedade*», ou «regulamentação autoritária da divisão *social* do trabalho»; outra ligada ao excessivamente restrito conceito de «concorrência capitalista», ou «livre concorrência». Quanto à primeira questão, não sabemos, com efeito, a que sociedade se refere Marx: às sociedades nacionais ou à sociedade no seu sentido mais vasto, a sociedade mundial? No tempo de Marx, sociedade e economia eram categorias ainda predominantemente nacionais. O «modo de produção capitalista» ia-se alargando ao globo, mas estava ainda muito longe de o integrar (*unificar*, para usar o termo do próprio Marx). *Economia e mercado mundiais* desabrochavam apenas: eram mais o somatório de economias isoladas do que o conjunto das suas inter-relações, regido por leis próprias. Referir-se-ia, pois, Marx a uma «regulamentação autoritária da divisão *nacional* do trabalho»? Ou entevia já como indispensável uma regulamentação prévia, *à escala do planeta*, da divisão do trabalho? Isto coloca-nos simultaneamente perante a velha discussão do «socialismo num só país» (ou conjunto de países) ou «socialismo mundial».

Quanto à segunda questão, ela vem desembocar também nas mesmas interrogações. A concorrência, Marx entendia-a sobretudo entre capitalistas e analisou-a sobretudo no quadro nacional. Hoje, a competição económica e tecnológica, bem como os conflitos económicos, opõem principalmente grandes formas internacionais, países e grupos ou blocos de países. São a competição e os choques de interesses a estes níveis (onde os Estados têm um papel de grande relevância) que se vão tornando factores preponderantes na regulamentação ou ordenamento económico mundial. A divisão «social» do trabalho faz parte, cada vez mais nitidamente, duma realidade supranacional,

---

<sup>8</sup> Deve acrescentar-se que o cálculo económico dos planificadores centrais de Estado e as principais directivas económicas do plano não se movem no vazio, nem caem do céu nacional. O cálculo e as directivas, tanto no referente à produtividade como ao ritmo de acumulação, fazem-se sempre mediadores do «juízo» da economia e do mercado mundiais. Pela via burocrática, é assim inculcada à economia «socialista isolada» uma orientação competitiva idêntica à que seria determinada, embora mais «brutalmente», pela abertura directa aos mercados «capitalistas». Os dirigentes soviéticos, aliás, há muito definiram o sentido global da evolução económica: *atingir e ultrapassar* o grau de desenvolvimento económico dos países capitalistas.

a divisão internacional ou mundial do trabalho. Quais as perspectivas, neste contexto, do socialismo «nacional», isto é, isolado? Praticamente nenhuma; o isolamento duma economia em relação ao resto do mundo, nestas condições, só pode ser muito relativo e (ou) provisório. O isolacionismo «socialista» (da U. R. S. S. até aos anos 60 e, hoje, da China) é, dentro duma estratégia competitiva a longo termo, um prólogo defensivo e proteccionista necessário à consolidação duma política independente. A atitude defensiva é adoptada soberanamente e a estratégia competitiva é-lhes imposta pelas circunstâncias exteriores.

A competição económica que Marx detalhadamente analisou, a «concorrência capitalista» mais ou menos «livre», realizava-se num mercado de determinadas características. A concorrência e o mercado monopolistas e oligopolistas têm características já muito diversas. Mas a «lógica da concorrência», o segredo industrial e comercial, etc., com todos os seus efeitos sobre o sistema de organização do trabalho e da empresa, vamos reencontrá-los num tipo de competição económica onde a própria concorrência mercantil desaparece, ou apenas tem (teve até agora) um papel insignificante. Trata-se, por exemplo, da competição económica entre a U. R. S. S. e os E. U. A., que apenas muito secundariamente se manifesta na competição mercantil dos respectivos produtos. A U. R. S. S. esforça-se, sim, por atingir (e, eventualmente, bater), no seu país, as *performances* produtivas, os índices de produtividade ocidentais. A introdução sistemática do taylorismo na Rússia, energicamente defendida por Lenine logo após a Revolução de 1917, ilustra multidimensionalmente a evolução da relação entre competição económica e organização do trabalho. Igualmente, na U. R. S. S. economicamente isolada de Estaline, as proezas produtivas dos operários stakhanovistas tinham sempre como termo de comparação a produtividade dos operários americanos ou ocidentais (adiante se tratará do propósito taylorizador do movimento stakhanovista).

### 3. A APOLOGIA DA MÁQUINA (NATURALMENTE BOA) E DA GRANDE INDÚSTRIA

Marx pôs sempre grande ênfase na distinção entre as «máquinas» e o seu «emprego capitalista». Marx viu na «máquina» uma fonte de riqueza e abundância e declarou-a «inocente» perante as «misérias» que só aparentemente ela provocava. A maneira como a máquina era usada pelos capitalistas é que estava na origem dessas «misérias». O sistema de exploração capitalista é que se servia constantemente das máquinas para aumentar os lucros, desvalorizar o «curso» do operário, baixar os salários, combater as greves, conservar uma reserva de desempregados, desarmar e escravizar os trabalhadores<sup>9</sup>.

Contra Proudhon, Marx afirmou repetidamente que a «máquina» não é uma *categoria económica* nem uma *relação de produção*. No entanto, a fábrica baseada no emprego de máquinas já era considerada por Marx «categoria económica» e «relação de produção». As máquinas Marx concede apenas a qualidade de «força de produção», comparando a sua «neutralidade» socioeconómica à do «boi que puxa a charrua»<sup>10</sup>. Marx vai ao ponto

<sup>9</sup> *O capital*, cap. xv.

<sup>10</sup> *Miséria da Filosofia*.

de afirmar (tese retomada em *O Capital*): «O modo de explorar as máquinas é completamente distinto das próprias máquinas.»<sup>11</sup>

Esta distinção, rígida e arbitrária, contrasta claramente com outras posições defendidas por Marx. Referindo-se, por exemplo, ao misticismo que impedia Proudhon de compreender a «conexidade entre a divisão do trabalho e as máquinas», Marx afirmava que «cada modo de divisão do trabalho tem instrumentos de produção específicos»<sup>12</sup> — e ninguém melhor do que Marx mostrou, por sua vez, a conexidade entre a divisão do trabalho e o sistema económico. Ainda mais clara é esta frase de *O Capital*: «O que distingue uma época económica duma outra é menos o que se fabrica que a maneira de fabricar, os *meios de trabalho* com os quais se fabrica. Os meios de trabalho são os gradímetros do desenvolvimento do trabalhador e os *indicadores das relações sociais* nas quais ele trabalha.» Se os meios de trabalho são suficientes para se distinguirem épocas económicas, e se, além disso, são reveladores das relações sociais correspondentes, porque terá negado Marx às «máquinas» a qualidade de «categoria económica» e porque as delimitou tão absolutamente do seu «emprego social» ou «modo de exploração»?

O «uso capitalista da máquina» tinha, para Marx, aspectos e consequências diversas. O *desemprego* e a *baixa salarial* provocados pela mecanização capitalista eram os aspectos mais flagrantes e foi a eles que Marx dedicou maior atenção. Mas outros aspectos também não lhe escaparam: «A máquina não age apenas como um concorrente cuja força superior está sempre prestes a tornar inútil o assalariado. É como potência inimiga do operário que o capital a emprega.»<sup>13</sup> E Marx descreve como o capital se servia das máquinas para reprimir greves, para combater a resistência e os «caprichos» dos operários qualificados (tornando-os desnecessários), para, numa palavra, *desarmar politicamente* os trabalhadores. Bastou-lhe aqui citar a obra de Andrew Ure<sup>14</sup> — o «Pindaro da fábrica», como Marx lhe chamou —, o qual, com o seu «franco cinismo», descreveu pormenorizadamente os métodos científicos de domesticação dos trabalhadores e rematava com esta declaração triunfal: «Quando o capital emprega a ciência, a mão rebelde do trabalho aprende sempre a tornar-se dócil.»

Ora este importante aspecto sociopolítico do «uso capitalista das máquinas» e, consequentemente, da organização do trabalho fabril no seu tempo, embora não tendo escapado a Marx, nunca lhe mereceu especial atenção. Por exemplo, apenas numa única ocasião — comentando Stuart Mill — sugeriu Marx que as máquinas estão, *desde a sua concepção*, destinadas a um tipo de utilização social<sup>15</sup>. Entre, por um lado, os objectivos da mecanização e a concepção das técnicas e, por outro lado, a utilização social dessas máquinas e técnicas, aparece pois um grave vazio na teoria marxiana. Tal como Engels, Marx não reconheceu nem analisou o processo de *incorporação* (ou *prefiguração*) de relações sociais no apetrechamento e nas técnicas industriais.

<sup>11</sup> Carta a Annenkov (1846).

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> *O Capital*, cap. xv.

<sup>14</sup> Autor da *Philosophy of the Manufactures* (1830).

<sup>15</sup> Stuart Mill interrogava-se sobre «se as invenções mecânicas feitas até hoje terão aliviado o trabalho de qualquer ser humano». Em *O Capital*, Marx declara, em resposta: «Não era esse o seu *objectivo*.»

A concepção das técnicas e das máquinas é sempre predeterminada em grande medida pela utilização social (ou «exploração») que delas se fará. Assim, por exemplo, a separação da parte «manual» e da parte «intelectual» (ou da parte de «execução» e da parte de «controlo») do trabalho materializar-se-á na configuração das próprias máquinas ou instrumentos, desde o seu fabrico, para se impor depois aos trabalhadores como força exterior intangível <sup>16</sup>.

No pensamento de Marx e Engels encontra-se frequentemente pressuposta a técnica como algo evoluindo segundo (as suas) *leis próprias*, à margem portanto da organização social, embora *repercutindo-se* nela posteriormente. Ora, como disse Lewis Mumford: «Aquilo a que nós chamamos 'a máquina' não é o resultado passivo da técnica, que se teria desenvolvido por pequenas descobertas e aperfeiçoamentos sucessivos, para se estender, enfim, ao campo dos esforços sociais. Pelo contrário, a disciplina mecânica e numerosas invenções entre as primeiras foram a consumação duma deliberação consciente visando a realização dum tipo de vida mecânico. [...] O europeu ocidental concebeu a máquina porque queria a regularidade, a ordem, a certeza, porque desejava limitar os movimentos dos seus semelhantes e o seu ambiente.» <sup>17</sup>

É evidente que na origem das análises, algo contraditórias, de Marx atrás apontadas se encontravam as suas posições político-ideológicas preconcebidas, de entre as quais avulta a teoria da «revolução socialista». O grande objectivo ideológico de *O Capital* era, com efeito, a «demonstração» de como as forças de produção geradas no «modo de produção capitalista» teriam entrado em aguda e derradeira contradição com as relações capitalistas de produção. Para esse fim, Marx descreve as forças de produção desenvolvidas pelo capitalismo como apropriadas de imediato a um «modo de produção colectivo». O capitalismo, *após ter socializado o trabalho e centralizado os recursos materiais*, não seria mais do que um simples «invólucro» da realidade, *prestes a voar em estilhaços*, sustentado apenas «pela força económica das coisas» <sup>18</sup>. Daí a necessidade e a oportunidade da revolução socialista, destinada a readaptar o quadro institucional ao avançado «carácter social» e «colectivo» do trabalho e dos meios de produção. Toda esta argumentação seria evidentemente debilitada por uma eventual análise da mecanização e do «emprego capitalista das máquinas» que abrangesse não só os aspectos do desemprego permanente e da depreciação do «curso» do operário, como também o aspecto essencial de cristalização «técnica» de determinado sistema de relações sociais.

Na sua qualidade principal de ideólogo da «revolução socialista», Marx forçou a nota do «antagonismo» entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Isto é particularmente evidente na sua análise da relação entre a «grande indústria» (do século XIX) e a necessidade de formação técnica e profissional dos trabalhadores. Para Marx, a «indústria moderna» (do seu tempo) seria «revolucionária» na sua essência, contrariamente à base de «todos os modos de produção anteriores», que era «essencialmente conservadora». Nesta linha, Marx declara que há uma «contra-

---

<sup>16</sup> Consultar a este respeito: B. Coriat, *Science, technique et capital*, Ed. du Seuil; A. Gorz, *Critique de la division du travail*, Ed. du Seuil; C. Palloix, «Le procès de travail», in *La Pensée*, n.º 185.

<sup>17</sup> *Technique et civilisation*, Ed. du Seuil.

<sup>18</sup> *O Capital*, cap. XXXII.

dição absoluta» entre as «necessidades técnicas da grande indústria» e as características sociais que a grande indústria reveste no sistema capitalista. Por exemplo, a grande indústria «exigiria» que o *trabalhador parcelar* fosse substituído pelo trabalhador polivalente, *indivíduo integral* que responde aos requisitos dum trabalho diversificado e desenvolve livremente as suas capacidades naturais ou adquiridas. A evolução da técnica e da grande indústria obrigaria, «sob pena de morte», a sociedade a «substituir o indivíduo fragmentado (*morcelé*) pelo indivíduo integral que saiba fazer face às mais diversas exigências do trabalho»<sup>19</sup>. Não se trata aqui de uma profecia relativa a um futuro longínquo, mas de uma «exigência» imediata, que Marx julgou detectar na grande indústria do século XIX.

Dadas as «exigências» técnicas, *revolucionárias*, da grande indústria, Marx considerava a burguesia incapaz de perfilhar e comandar a revolução técnica e, em particular, de transformar a «antiga divisão do trabalho», institucionalizando o ensino profissional, multiplicando as escolas politécnicas, alargando a todo o povo o ensino da tecnologia, prática e teórica. A burguesia também jamais proporcionaria aos trabalhadores, segundo Marx, o *tempo livre* necessário à sua formação técnico-científica. As «relações sociais capitalistas» reproduziriam deste modo, inevitavelmente, as «particularidades ossificadas» da antiga divisão («manufatureira») do trabalho, as quais, por sua vez, barrariam o caminho à revolução técnica.

Se Marx anunciava o advento do «homem integral» no trabalho e se considerava o politecnismo um traço do trabalhador na futura sociedade, não antevia contudo uma requalificação das *tarefas* de trabalho nem uma tendência oposta à parcelização do trabalho. Examinando as tendências evolutivas do trabalho fabril, Marx previa o aprofundamento da parcelização e desprofissionalização das tarefas de trabalho<sup>20</sup>. Pelo contrário, mas em coerência com as suas profecias politecnistas, Marx previa a «desparcelização» e o desenvolvimento integral dos trabalhadores no (e pelo) trabalho. A aparente discrepância entre estes dois processos (*parcelização* das tarefas de trabalho, *desparcelização* do trabalhador) era «resolvida» por Marx com o projecto de alternância socialista dos trabalhos. Desprofissionalizando-se e simplificando-se extremamente, todos os trabalhos se tornariam acessíveis a todos os indivíduos<sup>21</sup>. Deste modo, seria possível realizar, numa sociedade socialista, a permanente *alternância das tarefas*, velho sonho de Fourier. Todos se revezariam em todos os trabalhos, desaparecendo pois o «trabalho fragmentado» como *vocação exclusiva duma classe particular de trabalhadores*. Ou seja, o «trabalho fragmentado» não desapareceria, mas ninguém mais seria «acorrentado para sempre» à mesma tarefa parcelar.

Em tudo isto não se compreende, em primeiro lugar, como a permanente alternância de tarefas parcelares, pondo fim ao chamado *idiotismo da profissão*, iria significar a realização dum «trabalho diversificado» tendendo

<sup>19</sup> *O Capital*, cap. xv.

<sup>20</sup> Citando longamente a *Filosofia das Manufaturas*, do já referido Andrew Ure, Marx declarava na *Miséria da Filosofia* que o «único aspecto revolucionário da oficina automática (fábrica)» era que a introdução das máquinas parcelares, alimentadas por uma só força motriz central, tirava ao trabalho todo o carácter profissional, permitindo que até crianças pudessem trabalhar junto das máquinas (e mesmo melhor que os adultos...)

<sup>21</sup> Em *O Capital* afirmava Marx: «Porque o movimento do conjunto da fábrica procede da máquina, e não do operário, uma mudança contínua do pessoal não provocaria, pois, nenhuma interrupção no processo de trabalho [...]»

para o «desenvolvimento integral do indivíduo». É um problema que hoje se põe relativamente às práticas, muito correntes, de rotatividade dos trabalhadores por diferentes tarefas nas fábricas: o interesse pelo trabalho pouco ou nada aumentará se, em lugar de uma tarefa parcelar e monótona, o trabalhador executar alternadamente meia dúzia de tarefas igualmente parcelares e monótonas. Também não se compreende porque deduzia Marx, da tendência de simplificação extrema do trabalho fabril operário, a possibilidade de alternância de *todos os trabalhos* <sup>22</sup>. (Lenine levou mais longe esta teoria marxiana, pois «previu» e pretendeu levar a cabo — nomeadamente pela aplicação do sistema de Taylor na Rússia Soviética — a simplificação extrema *também* do trabalho administrativo, o que o tornaria acessível a qualquer pessoa e permitiria, enfim, a alternância de todos os indivíduos nas diversas tarefas físicas e de administração.)

O processo evolutivo do trabalho industrial realmente verificado desde os meados do século passado até aos nossos dias veio demonstrar o carácter infundado das profecias de Marx, cuja poderosa análise da realidade social e económica do seu tempo foi, todavia, muitas vezes viciada à partida pela ideologia da iminente «revolução socialista». Sistema *obsoleto, ossificado e tecnicamente ultrapassado*, eis como Marx havia qualificado, a meio do século XIX, a divisão «manufatureira» do trabalho, com o seu trabalhador parcelar. (Nas obras dos clássicos ficou sempre por *demonstrar* que a supressão deste «antigo» sistema de divisão do trabalho se não faria em detrimento da produtividade do trabalho.) Ora a «taylorização» e a «fordização» do trabalho industrial aceleraram e aprofundaram consideravelmente o processo de desqualificação e parcelização do trabalhador industrial. A tendência predominante do processo evolutivo verificado ao longo dos últimos cem anos é expressa, por certos autores, no seguinte enunciado: maximização do trabalho maximamente desqualificado, minimização do trabalho maximamente qualificado <sup>23</sup> (sobrequalificado). Nos últimos cem anos, a indústria e a técnica deram, todavia, aquele salto gigantesco que Marx considerava inviável sem a generalização do trabalhador «integral» (polivalente) e da instrução politécnica dos jovens. As «exigências da técnica», ou «exigências da grande indústria», tão amiúde invocadas por Marx, a terem realmente agido enquanto tais, parecem ter-se manifestado no sentido *oposto* ao que ele previra: «Se já a máquina-ferramenta 'promovia' os operários especializados, isto é, assegurava a desqualificação do trabalhador, a automação — através da máquina-*transfer* para a produção de massa e, depois, através da máquina de comando numérico (para pequenas e médias séries) — generaliza o estatuto de operário especializado, generaliza o estilhaçamento da actividade de trabalho, a parcelização das tarefas.» <sup>24</sup>

Em vista dos resultados de tal evolução, resta sempre ao marxismo «ortodoxo» a possibilidade de «responsabilizar», pela permanência e desenvolvimento do «sistema ossificado e obsoleto», a sobrevivência da «explo-

---

<sup>22</sup> Sem dúvida que isto tem de ser posto em conexão com a teoria da *bipolarização* da sociedade (em um punhado de «burgueses» e a massa dos «proletários»), com que Marx defendia a tendência de crescente «proletarização» da população. A emergência duma «classe média» *qualificada e profissionalizada* (a dos «técnicos e profissionais», segundo a denominação de Daniel Bell) ou não preocupou Marx ou este dela se não apercebeu, nem das suas causas.

<sup>23</sup> Ver, nomeadamente: Y. Maignien, *La division du travail manuel et intellectuel*, Maspero, 1975, e C. Palloix, *op. cit.*

<sup>24</sup> C. Palloix, *op. cit.*

ração capitalista» e da «utilização capitalista das máquinas» — subentendendo que uma utilização diferente («socialista») das máquinas e da técnica teria conduzido a resultados diferentes, isto é, coincidentes com as «previsões» de Marx. Sem ser mesmo necessário apontar para o sentido inequívoco da evolução das técnicas de produção e organização do trabalho nos «países socialistas» — onde, no melhor dos casos, se têm limitado a copiar as modernas técnicas concebidas nos «países capitalistas» —, não é difícil ver naquela «explicação» marxista ortodoxa um mero subterfúgio, pois não fornece qualquer esclarecimento sobre a questão de fundo, que se põe à *doutrina marxista*. A questão é esta: a fabulosa transformação industrial e tecnológica verificada nos últimos cem anos não só *não obrigou*, «sob pena de morte», a sociedade a «substituir o indivíduo fragmentado pelo indivíduo integral que saiba fazer face às mais diversas exigências do trabalho»<sup>25</sup>, como *se baseou* em grande parte no aprofundamento do processo de parcelização e desqualificação da maioria dos trabalhadores industriais. Os progressos da automatização e automação verificados até aos nossos dias são dificilmente pensáveis isoladamente do processo paralelo de desqualificação da maioria/sobrequalificação duma minoria. A simplificação infinitésima do trabalho manual e semimanual constituiu quase sempre condição prévia para a substituição desse trabalho por máquinas e linhas automáticas. Ao mesmo tempo, técnicos altamente qualificados foram sendo requeridos para as funções relativas ao desenvolvimento e investigação, à concepção, regulação e controlo das máquinas e de produção automatizada, à gestão e ao enquadramento do trabalho, etc., enquanto inúmeros postos de trabalho de execução, desqualificado e monótono, continuaram a surgir ou se mantiveram, alguns dispensando mesmo qualquer intervenção activa do «trabalhador» (é o caso da fábrica completamente automática).

Ao marxismo ortodoxo só resta uma atitude: continuar a prever a «derrocada final», que se supõe cada vez mais próxima, do sistema «capitalista», em virtude da «agudização extrema das suas contradições internas». Como se mais de um século não tivesse passado sobre a originalidade histórica de tal previsão e sobre a estreiteza e os entraves ao progresso próprios do sistema socioeconómico que Marx dissecou.

#### 4. ENTRE O DOMÍNIO DA NECESSIDADE E O DOMÍNIO DA LIBERDADE

Nas sociedades industriais mais desenvolvidas, o «tempo livre» tornou-se, no século XX, uma instituição social de primeira importância, alargando-se à massa dos trabalhadores e deixando de constituir estrito monopólio de camadas dominantes e (ou) ociosas. Ao mesmo tempo, foi-se tornando evidente a existência duma complexa interligação entre o «tempo de trabalho» e o «tempo livre», a qual viria mesmo a constituir novo objecto de estudo das ciências sociais. O «tempo livre» a que nos referimos é criação da sociedade e da civilização industriais do século XX, já que o fenómeno do «tempo livre» nos séculos XIX e anteriores tinha características bem diversas.

Se bem que o tema do «tempo livre» tenha ocupado um lugar de certo modo destacado na doutrina de Marx, este, naturalmente, não conheceu o fenómeno com as características quantitativas e qualitativas que adquiriu

<sup>25</sup> *O Capital*, cap. citado.

ao longo do actual século. Assim, em matéria de «tempo livre», Marx pouco pôde analisar do real, tendo sobretudo formulado *projectos e previsões*, todos no sentido duma considerável redução (mais exactamente: *minimização*) do tempo de trabalho.

No período «maduro» da sua obra, Marx estabelecia já uma nítida demarcação entre a natureza do «tempo livre», identificado com o «domínio da liberdade», e do «tempo de trabalho», identificado com o eterno «domínio da necessidade». Isto embora, desde os seus primeiros escritos e durante um largo período, tivesse anunciado a histórica irrupção do «domínio da liberdade» no *trabalho* (que perderia todo o carácter coercivo e alienado) na sequência da esperada revolução social. Na *Crítica do Programa de Gota*, Marx ainda afirmava que o trabalho se transformaria um dia na *primeira necessidade da existência humana*. Engels também defendera que o comunismo transformaria o «fardo» do trabalho numa «alegria» e que toda a coerção seria abolida, em virtude de os trabalhadores atenderem apenas às suas «inclinações pessoais». Mas a posição que parece finalmente prevalecer é outra: «O domínio da liberdade começa apenas onde acaba o trabalho que é determinado pela necessidade e pela finalidade exteriores»; consequentemente, o «desenvolvimento completo das capacidades humanas» seria permitido exclusivamente pelo tempo livre, «tempo de não-trabalho», e a sua «condição fundamental» seria a «redução do dia de trabalho»<sup>26</sup>. Já anteriormente Marx expressara esta opinião: «O trabalho não pode tornara-se *prazer, jogo*, como Fourier queria»; no mesmo local, Marx acrescentava: «O tempo livre — para o descanso, como para as actividades superiores — transformará naturalmente quem dele desfruta num indivíduo diferente, e é este homem transformado que em seguida se apresentará no processo de produção imediato.»<sup>27</sup> O tempo livre é aqui considerado por Marx como destinado a acumular, na futura sociedade, um «capital fixo feito homem». É assim substituída, à visão do trabalho fonte de alegria, campo de satisfação da «primeira necessidade existencial» e de *desenvolvimento* multilateral das potencialidades humanas, a *nova visão* dum trabalho eternamente determinado pela necessidade e finalidade exteriores, campo de *exercício* das capacidades livremente criadas e desenvolvidas no «tempo de não-trabalho». Desaparece, deste modo, um traço característico do projecto socialista «utópico» e que caracterizou também, até determinada altura, o projecto socialista «científico»: a ideia e a convicção de que o trabalho se tornaria uma actividade agradável, pois que cada indivíduo se identificaria com ela e nela desenvolveria integralmente a sua personalidade e capacidades.

Para o socialismo científico maduro, como posteriormente para a Ford Company<sup>28</sup>, a salvação está no tempo livre — embora naturalmente divirjam bastante as posições respectivas no referente à *utilização* desejável e necessária desse tempo livre. As Ford Companies propagam um rendível hedonismo consumista, convidando as pessoas a centrarem a sua vida na fruição e no «jogo» que a sociedade de consumo lhes propõe *fora* do domínio irremediavelmente penoso e vazio do trabalho. O socialismo científico,

<sup>26</sup> *O Capital*, liv. III.

<sup>27</sup> *Grundrisse*, versão em francês, t. II.

<sup>28</sup> Georges Friedmann (em *Le travail en miettes*) evoca o *slogan* lançado nos anos 50 pela Ford: *Work easily, play hard*, máxima consagradora da moderna «sociedade de consumo e lazeres», que inverte um outro lema: *Work hard, play easily*.

esse propõe puritanamente uma utilização positiva, valorativa, capacitadora, do «tempo livre» — *ao mesmo tempo* que abandona, como vimos, a visão «utópica» do «trabalho agradável».

O grande problema que esta posição marxista levanta — porque omite a íntima relação entre a *natureza do trabalho* e a *utilização do tempo livre* — provém, na nossa opinião, quer do voluntarismo inerente à concepção marxista da «revolução social», quer do facto de só no século xx se ter operado uma redução considerável do tempo de trabalho (diário e anual), tornando possível não só o conhecimento empírico daquela inter-relação, como a compreensão do múltiplo papel do tempo livre na moderna sociedade industrial. Como vimos, Marx não admitia que a «burguesia» pudesse vir a «sacrificar» os seus interesses de maximização da mais-valia efectuando uma redução significativa do tempo de trabalho <sup>29</sup> — assim como não previu, nem podia ter previsto, o aparecimento de toda uma «indústria dos lazeres», avassaladora e manipuladora, integrando maciçamente os indivíduos no sistema por via duma modelação apropriada das necessidades pessoais e colectivas (deve-se a J. Dumazedier a designação do «novo ópio do povo» dada aos «lazer manipulatórios»).

Simone Weil, intelectual e militante operária que manteve uma posição extremamente crítica em relação ao «socialismo científico», tinha também sobre a questão do tempo livre uma opinião muito divergente da doutrina marxista. Nas suas obras, ela procurou apontar para as «verdadeiras causas do desenraizamento e náusea operária», refutando todas as propostas de reforma e transformação social que, «realizadas, deixariam o mal intacto». Em *La condition ouvrière* escreve: «Alguns anunciam uma diminuição — ridiculamente exagerada, de resto — da duração do trabalho; mas fazer do povo uma massa de ociosos que seriam escravos apenas duas horas por dia não seria nem desejável, quando fosse possível, nem moralmente possível quando fosse materialmente possível. Ninguém aceitaria ser escravo duas horas; a escravatura, para ser aceite, deve durar diariamente o bastante para quebrar algo no homem.» Na sua opinião, o mal-estar operário vinha muito das fábricas e era nestas que era preciso corrigir o mal, transformando a relação entre o trabalhador e a fábrica. Todos os planos que colocam as suas esperanças no tempo livre seriam ilusórios, porque «a náusea do trabalho altera nos operários toda a concepção da vida, toda a vida». Como (mais tarde) David Riesman e outros, S. Weil considerava que o vazio e a degradação do trabalho determinam o modo de utilização do tempo livre: «O vazio deixado pelo trabalho fabril exige ser preenchido, mas só o pode ser por fruções rápidas e brutais que corrompem os trabalhadores e são contagiosas a todas as classes da sociedade.» Pesquisas sociológicas recentes <sup>30</sup> têm confirmado plenamente estas hipóteses, fazendo ressaltar, como regra geral, o carácter negativo da utilização «compensatória» do tempo livre nas circunstâncias dum trabalho degradante. Inversamente, os «lazer» serão tanto mais diversificados, humanizantes e «ricos» quanto mais diversificado e humanizante for o trabalho. É também o que sugere

---

<sup>29</sup> Em Marx, o tempo livre concedido ao trabalhador pelo capitalista é descrito como *tempo mínimo* para a reprodução da força de trabalho mais barata e desqualificada, tornando por isso impossível a elevação cultural e técnica dos trabalhadores pelo ensino.

<sup>30</sup> Ver nomeadamente J. Dumazedier, *Vers une civilisation du loisir?*, Ed. du Seuil.

a máxima de D. Riesman: «*Mais trabalho no trabalho, mais tempo livre no tempo livre.*»<sup>31</sup>

A rígida delimitação marxiana do «domínio da liberdade» e do «domínio da necessidade» (identificados respectivamente com o tempo livre e o tempo de trabalho) articulava-se afinal, em plena coerência, com diversos outros pontos da sua teoria socialista, sobretudo a tese de que a transformação da divisão do trabalho se operaria com base nas possibilidades abertas pelo alargamento do *tempo livre*, pela *educação* e *elevação cultural* dos trabalhadores e pela *formação politécnica* dos jovens em «escolas populares», desde a adolescência<sup>32</sup>. Ora, como Antonio Gramsci viria mais tarde a constatar, a redução do tempo de trabalho não corresponde exactamente à conquista de tempo realmente *livre* no sentido marxiano do termo. Tempo de trabalho e tempo livre são, ambos e simultaneamente, «domínio da necessidade» e «domínio da liberdade»; necessário é maximizar a criatividade e a liberdade individuais em ambos os «tempos».

Antonio Gramsci foi o primeiro marxista a abordar com alguma profundidade a questão do *equilíbrio* (por ele designado «equilíbrio psico-físico») que o trabalhador é obrigado a restabelecer no «tempo» livre, para fazer face às coerções e à acção degradante a que é submetido no trabalho. Nas suas originais notas sobre o «americanismo» e o «fordismo»<sup>33</sup>, Gramsci descreve como a organização do trabalho e da produção reclama determinada utilização do tempo «fora do trabalho», determinado *modo de vida* para os trabalhadores. Esse modo de vida necessário ao bom funcionamento da organização do trabalho é determinado positiva e negativamente: sem uma certa humanização compensadora no tempo «fora do trabalho», o operário não é eficazmente assimilado à produção taylorizada ou fordizada; por outro lado, todos os «abusos» e «irregularidades» (por exemplo, no consumo de álcool, função sexual, etc.), assim como toda a «humanização demasiada», constituem entraves à normal inserção no sistema de organização do trabalho, pelo que há que repelir, controlar e dosear esses factores. O industrial está interessado em que o trabalhador restabeleça, fora do trabalho, «um certo equilíbrio psico-físico que impeça a sua derrocada fisiológica». Daí, por exemplo — nota Gramsci —, o interesse de Ford pela vida sexual dos seus trabalhadores: a *racionalização* deveria necessariamente estender-se à vida privada. A «virtude», as regras de «bom comportamento moral e social» são, assim, vistas por Gramsci como o padrão de modo de vida que, cada vez mais directamente, os dirigentes industriais e o Estado se esforçam por impor, pela persuasão e pela força, aos trabalhadores, de acordo com as exigências do trabalho e da produção. A imposição desses padrões visa ou serve também a reprodução a prazo de todo o sistema de relações sociais, pelos seus efeitos cristalizadores.

<sup>31</sup> Citado por G. Friedmann, *op. cit.*

<sup>32</sup> Não desenvolveremos aqui o tema das limitações do papel do ensino na transformação da organização do trabalho. Deve, no entanto, ser sublinhado que o carácter nitidamente voluntarista do projecto de Marx e Engels ficou posteriormente comprovado na U. R. S. S. com o fracasso da instrução politécnica (o próprio grau de escolarização agrava, ainda hoje, os sérios problemas de recrutamento de mão-de-obra física não qualificada naquele país). Estaline, aliás, numa interpretação fortemente «dialéctica» da doutrina marxista sobre o tempo livre, planeava (para um futuro incerto, é verdade) a redução da jornada de trabalho para cinco horas e a introdução simultânea do ensino politécnico *obrigatório*. Os trabalhadores iriam pois desenvolver-se livremente no tempo livre, mas *obrigatoriamente*...

<sup>33</sup> *Œuvres choisies de Antonio Gramsci*, Ed. Sociales, 1959.

Afirma Gramsci que a «aquisição das aptidões psico-físicas necessárias para os novos métodos de trabalho» é uma questão que «só a coerção pode resolver», independentemente do regime social. Mais: a adopção dos padrões de «virtude» e modo de vida ter-se-á de fazer sempre sob a coerção exercida por uma *élite* ou *classe superior*. Gramsci, no entanto, considera que, na sociedade socialista, essa *élite* faz parte da classe sobre a qual ela exerce a coerção, pelo que se trataria apenas duma «auto-coerção» ou «autodisciplina»... Sem a intervenção repressiva-orientadora duma entidade moral superior (*élite*) gerar-se-ia, segundo Gramsci, uma «crise de perspectivas catastróficas». Por outras palavras, o tempo «fora do trabalho», abandonado ao jogo livre das tendências e inclinações pessoais, entraria numa situação de antagonismo com o «tempo de trabalho». Em flagrante contraste com o «tempo livre» *imaginado* por Marx, o que Gramsci nos descreve é um «tempo livre» *real*, condicionado pela «necessidade e finalidade exteriores», nomeadamente pela organização do trabalho.

Se a utopia do tempo «livre» marxiano permitia deixar aberta a esperança dum desenvolvimento livre e integral do trabalhador — *fora do trabalho* —, Gramsci também não pretende, com a sua teoria do «equilíbrio psico-físico», fechar o círculo vicioso da degradação do operário pelo trabalho. Gramsci pensava que o círculo devia ser rompido pela formação de «uma nova camada de intelectuais», pela criação de um «novo tipo de intelectual», a partir das classes trabalhadoras. No «novo intelectual» — que seria superior ao antigo — não é a «eloquência», a «oratória» ou o «espírito matemático abstracto» que se tratará de desenvolver. O que Gramsci considera necessário é «modificar a relação do trabalhador ao esforço músculo-nervoso, com vista a um novo equilíbrio»; obter que «o trabalhador interfira activamente na vida prática como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, porque ele já não é um simples orador». «No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada mesmo ao trabalho industrial mais primitivo e depreciado, deve formar a base do novo tipo de intelectual.»

Para além da lucidez das suas análises e do valor de algumas das suas propostas (por vezes excessivamente vagas), deve constatar-se que o que Gramsci pretendia acima de tudo, e declaradamente, era a formação de «*élites*» *operárias*, minorias capazes de agir politicamente na prática quotidiana e, sobretudo, de *dirigir*, o que está evidentemente ligado à doutrina da «ditadura do proletariado» e à ideia concomitante da «missão» da classe operária<sup>34</sup>. Em relação à *massa* dos trabalhadores, as considerações de Gramsci tornam-se sumamente vagas, pouco convincentes e até ingénuas. É de reter, no entanto, a concepção gramsciana do «intelectual», ligada aos princípios duma nova pedagogia: para Gramsci, se nem todos os trabalhadores são manuais, certo é que todos são intelectuais, contrariamente ao que sugere a classificação tradicional em trabalhadores manuais e intelectuais; daí a necessidade de «desenvolver de maneira crítica a actividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento», o que não é a mesma coisa que fazer assimilar aos trabalhadores, do exterior, uma «intelectualidade» de tipo tradicional, desligada das autênticas potenciali-

<sup>34</sup> A teoria gramsciana das «*élites* operárias» e dos «novos intelectuais trabalhadores» (que seriam já a personificação do processo de «abolição» de divisão do trabalho manual e intelectual) apresenta grandes semelhanças com a ideologia estalinista do «movimento stakhanovista». No capítulo final deste trabalho far-se-á uma aproximação mais detalhada do significado político e histórico deste movimento.

dades individuais. Também aqui nos parece afastar-se Gramsci do projecto demasiado simplista e voluntarista da formação politécnica de todos os trabalhadores.

Tornam-se hoje mesmo mais raras, na própria literatura marxista, as tradicionais previsões respeitantes ao politecnismo e à alternância dos trabalhos na sociedade socialista. Diz-nos assim Agnes Heller: «O trabalho especializado não exclui a visão complexiva dum processo concreto de trabalho. [...] É falso que, como resultado da especialização e do progresso técnico e científico, se torne impossível um desenvolvimento multilateral (do homem trabalhador). *Multiplicidade não significa cumulação de profissões ou de diferentes capacidades técnicas, mas sim integridade social-moral-humana*: dependem desta o número e a qualidade das coisas em que um indivíduo se pode tornar 'perito'».<sup>35</sup>

## II

### A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA E A «NOVA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO»

#### 1. A PONTE ENTRE MARX E TAYLOR

Factores económicos, sociais e políticos demasiado conhecidos e historiados fizeram que a Revolução Soviética «escapasse» — pelo menos tão flagrantemente como a evolução do capitalismo ocidental — aos esquemas e previsões marxianas. A esperada «revolução mundial» não surgiria, nem na sequência da «centelha» russa, nem anos mais tarde, quando o capitalismo foi abalado pela sua maior crise internacional. Também não foi nos países ocidentais mais desenvolvidos e industrializados (mais «próximos do socialismo») que se deu a primeira «revolução proletária», nem as que depois se lhe seguiram. Na doutrina socialista «científica», o anti-imperialismo leninista substituir-se-ia definitivamente à visão marxiana mais favorável a uma «unificação do mundo» pelo capitalismo — processo de integração económica mundial que Marx considerou tarefa histórica do sistema capitalista e pré-condição do sistema socialista mundial<sup>36</sup>.

Os dirigentes soviéticos aceitaram o desafio do isolamento político e económico. Reunindo todos os seus «trunfos», lançaram-se na realização das duas tarefas tidas como fundamentais para a «vitória do socialismo»: industrialização e desenvolvimento económico acelerado e construção e fortalecimento do Estado («operário»). O objectivo primordial e imediato era o aumento da produção e da produtividade. A competição com o «capitalismo» não visava apenas demonstrar a superioridade do sistema soviético em relação ao anterior regime russo. O que era necessário — e, a longo termo, decisivo — era criar uma produtividade superior à do capitalismo em geral.

Lenine, Trotsky e Estaline nunca se cansaram de afirmar que a *tarefa principal* do «poder soviético» era aumentar a produtividade, condição da vitória do socialismo sobre o capitalismo. Lenine falava da *nova produti-*

<sup>35</sup> A. Heller: *I due miti della tecnologia*, Roma, Editori Riuniti, 1974.

<sup>36</sup> A este respeito consultar a interessante obra de Miklós Molnár: *Marx, Engels et les relations internationales*, 1975, Ed. Gallimard.

vidade, Estaline da *rendibilidade superior* do trabalho em regime socialista. Em 1919 dizia Lenine: «Do ponto de vista da vitória da nova sociedade, o mais importante e decisivo é, afinal, a produtividade do trabalho. [...] O capitalismo pode ser vencido, e sê-lo-á, porque o socialismo cria uma produtividade nova do trabalho, muito mais alta.» (*A Grande Iniciativa*.)

Na competição com o «capitalismo» em geral, se o regime soviético podia contar à partida com alguns trunfos, estes não residiam evidentemente no campo tecnológico. Os dirigentes soviéticos sabiam perfeitamente que, na Rússia, estavam longe de se reunir as «condições objectivas e subjectivas» para se lançar nesse campo um desafio aos países capitalistas industrializados. Os dirigentes revolucionários viam como trunfos principais e, ao mesmo tempo, como provas da «superioridade» do seu regime (e para além dos imensos recursos naturais da Rússia): 1) a capacidade de *mobilização do trabalho* das massas (militarização da mão-de-obra <sup>37</sup>, segundo Trotsky), que deveria constituir, com os «sábados comunistas» e outras formas de «voluntariado», a «base de toda a acção económica»; 2) a possibilidade de *plena utilização* das «conquistas progressistas» do capitalismo avançado, já que, segundo Lenine, nenhuma força retrógrada ou «contradição interna» se poderia opor, na Rússia, à adopção e aproveitamento máximo das mais avançadas «técnicas capitalistas».

A mobilização «socialista» da mão-de-obra significava a utilização desta segundo um plano central e único (o que Trotsky não hesitava em designar por *organização coerciva do trabalho*) e, em consequência, a submissão completa dos trabalhadores às ordens emanadas superiormente. A coerente militarização da mão-de-obra — de que Trotsky foi o principal ideólogo e Estaline o grande realizador — atingiu o seu apogeu com a instituição do trabalho concentracionário, que registou notável expansão a partir da execução dos primeiros planos quinquenais. Trotsky considerava que o trabalho, através da história, fora sempre predominantemente *coercivo* e que a diferença essencial entre o trabalho dos escravos egípcios que erguiam pirâmides e o trabalho «militarizado» em regime soviético residia na classe que detinha o poder: respectivamente a aristocracia escravagista e o proletariado.

Tal como Trotsky, Estaline justificou sempre a utilização da coerção invocando a planificação socialista. Em 1931, por exemplo, altura em que se inicia na U. R. S. S. a redução drástica da migração operária, Estaline afirmava que, sem efectivos permanentes de operários, as empresas não poderiam executar os planos de produção. Declarou então ser necessário «fazer desaparecer a flutuação da mão-de-obra, ligar os operários às empresas [...] e organizar o trabalho de tal modo que o rendimento suba de mês para mês, de trimestre para trimestre» (discurso de 23 de Junho de 1931). Mais do que um traço específico do antigo regime estalinista, a contenção «administrativa» da migração operária — assim como a canalização dos contingentes de técnicos recém-formados para locais determinados pela autoridade estatal — é uma necessidade inerente ao sistema de planificação autoritária, como o que ainda hoje vigora na U. R. S. S. A partir do XX Congresso apenas se poria termo aos maiores «abusos» em matéria de

<sup>37</sup> Entre muitas citações possíveis de Trotsky (e Lenine), eis uma que define bem o conceito de «militarização da mão-de-obra»: «O Estado operário considera-se com o direito de enviar qualquer trabalhador para onde o seu trabalho for necessário.» (*Anti-Kautsky*) É a Trotsky que se deve a formação das primeiras brigadas de «trabalhadores de choque», à imagem das tropas de choque.

«mobilização do trabalho», ao mesmo tempo que se reconhecia a cronicamente baixa produtividade do trabalho coercivo ou forçado<sup>38</sup>.

Quanto à possibilidade de plena utilização das «conquistas do capitalismo avançado» — o outro «trunfo» do regime soviético —, Lenine focou dois aspectos. Por um lado, Lenine pensava que as técnicas e os métodos de produção e organização do trabalho importados do capitalismo avançado não poderiam «contaminar» o sistema socialista e que, em virtude de algo miraculosa filtragem, apenas os elementos «científicos» e «progressistas» das referidas conquistas capitalistas seriam aproveitados em regime soviético. Por outro lado, este aproveitamento seria maior do que no Ocidente, seria *total* em regime soviético, porque as «contradições capitalistas» e as barreiras ao progresso haviam sido varridas pela Revolução. Estaline viria a desenvolver esta tese formulando dois novos postulados: o da neutralidade social das «máquinas» e o do insuperável bom acolhimento prestado pelos trabalhadores soviéticos às «máquinas». Na sua intromissão no campo da linguística (*O Marxismo e os Problemas da Linguística*, 1950), Estaline comparou a língua às «máquinas», afirmando que ambas eram «indiferentes em relação às classes sociais», uma vez que podiam «servir tão bem o regime capitalista como o regime socialista». Mais tarde (em 1951) adiantaria que «em nenhum lado as máquinas são empregues de tão bom grado (pelos trabalhadores) como na U. R. S. S.», pela razão de aí economizarem trabalho *sem produzirem desemprego*. (Estaline nunca se pronunciou sobre se os seus métodos de *produzir emprego* também eram aceites de bom grado pelos trabalhadores soviéticos...)

Entre as «conquistas progressistas do capitalismo avançado» há que salientar aqui, pelo seu alto significado, o *sistema de Taylor*, em que Lenine e Trotsky viam inúmeros elementos «científicos» de grande valor para a economia soviética. É certo que em 1913 e 1914 Lenine publicara dois artigos sobre o taylorismo com títulos francamente pouco amigáveis, respectivamente: «Um sistema 'científico' para pressionar o operário» e «O taylorismo é a escravização do homem pela máquina». Enquanto em 1913 a posição de Lenine tinha sido exclusivamente crítica em relação ao sistema de Taylor (definindo-o como «sistema que permite sugar, a uma velocidade triplicada, cada gota de energia muscular e nervosa do escravo assalariado» e como «novo processo de exploração»), no artigo de 1914, a sua opinião começa a ganhar bastantes *nuances*. Neste segundo texto, o taylorismo é já visto como «grande aperfeiçoamento *dirigido contra o operário*» e «meio *convertido pelo capital* em instrumento de opressão». Mantinha, no entanto, duas críticas principais ao taylorismo. A primeira era que esse sistema se limitava a servir a «distribuição ordenada» do trabalho *dentro da fábrica*, enquanto *em toda a sociedade* continuava a reinar a desordem da concorrência e mercado capitalistas. Note-se como Lenine retoma aqui a apologia marxiana (atrás já exposta) da «ordem» na fábrica, contrastando com a «anarquia» no seio da sociedade. A outra crítica de Lenine ao sistema de Taylor era que o aumento da produtividade resultante da «racionalização» em nada beneficiava os trabalhadores: o tempo de trabalho não diminuía (aumentava, pois, a proporção de «sobretabalho»

<sup>38</sup> Sublinhe-se, no entanto, que os resultados obtidos na U. R. S. S. pela utilização de métodos coercivos causaram muitas vezes cobiçosa admiração em círculos patronais ocidentais e que até J. Schumpeter se não coibiu de elogiar esses métodos, apontando, ao mesmo tempo, acusadoramente para o declínio da autoridade no capitalismo americano (em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*).

em relação ao «trabalho necessário»), os salários não aumentavam proporcionalmente (podiam até descer) e os trabalhadores tornados supérfluos eram lançados no desemprego. Lenine previa que, no socialismo, a racionalização da organização do trabalho permitiria aumentar o tempo livre: com a redução, a um quarto, do tempo do trabalho, os trabalhadores poderiam então já ocupar-se da gestão do Estado e da economia.

Após a Revolução, as críticas desvaneceram-se ainda mais. Em 1918, Lenine preconizava já a aplicação sistemática e o ensino generalizado dos métodos de Taylor na Rússia. Alegava então que era preciso «aprender a trabalhar», porque «o Russo, em comparação com os operários das nações mais desenvolvidas, é *mau operário*». (Apenas as «crueldades refinadas» do taylorismo deveriam ser postas de parte, na sua opinião.) A ressonância bizarra desta ideia leniniana — que os trabalhadores russos «aprenderiam a trabalhar» pela introdução do sistema de Taylor — provém de que os métodos taylorianos, pela decomposição sistemática das operações de trabalho e pela separação das funções de execução e concepção, faziam justamente que se *desaprendesse* o trabalho: a assimilação do trabalho taylorizado não exige mais do que alguns minutos ou horas.

A aproximação, capitaneada por Lenine, entre o «socialismo científico» e a «gestão científica» de Taylor não pode, todavia, ser encarada como accidental, nem é explicável somente pelas circunstâncias históricas e económicas em que se desenrolou a Revolução Russa. Há que constatar que a *planificação autoritária* («socialista») e o sistema «racionalizador» de Taylor assentam ambos no princípio da redução ao mínimo de iniciativa e criatividade locais e individuais, com generalização do estatuto de puro executante. Muito provavelmente, não repugnaria a Lenine definir a «planificação socialista» como *macrotaylorização*. Andou, de resto, muito perto de o fazer. No citado artigo de 1914, depois de sublinhar o carácter inevitavelmente parcial da racionalização no capitalismo, afirmava Lenine: «O taylorismo, sem que os seus autores o saibam e contra a sua vontade, prepara o tempo em que o proletariado tomará conta de toda a produção social e designará as suas próprias comissões, comissões operárias, encarregadas de repartir judicious e regularmente *todo o trabalho social*.»

Um exame mais demorado revelaria, sem dúvida, as insuspeitas afinidades filosóficas entre Marx-Engels-Lenine e Taylor e os seus discípulos. Em certos aspectos, «formais» ou não, as afinidades são mesmo flagrantes. Tal como os teóricos do socialismo científico, Taylor apresentava-se como uma espécie de profeta, crendo ter descoberto os *princípios científicos que poriam fim a todos os conflitos de trabalho*. Os seus padrões ou normas «científicas», o *one best way*, as «leis naturais do trabalho», etc., porque eram «incontestáveis», destruiriam a fonte dos antagonismos entre trabalhadores e empregadores. Outro aspecto, ainda que menos conhecido, do pensamento de Taylor era a *condenação do capitalismo liberal*. Sobre este aspecto da filosofia tayloriana observa-se num recente estudo: «Afligiam Taylor as desordens que a livre concorrência acarreta e que são fonte de conflitos, desperdícios e crises. Tudo deveria ser organizado e planificado, sem dúvida, por alguma grande repartição central do plano. O taylorismo é também o fantasma sempre actual da eficácia pela burocracia centralizadora.»<sup>39</sup> Discípulos de Taylor — Gantt e Cooke — pretenderam mesmo que

---

<sup>39</sup> M. de Montmollin: «Taylorisme et anti-taylorisme», in *Sociologie du travail*, n.º 4 de 1974.

os princípios da «gestão científica» fossem estendidos à sociedade americana globalmente. Um grande admirador de Taylor, Thorstein Veblen, é o autor duma curiosa utopia tecnocrática, facilmente identificável como anticapitalista, em que defendia a tomada do poder nos E. U. A. por um «soviete de técnicos». Veblen afirmava que, se os técnicos (ou engenheiros) tomassem a direcção da sociedade americana, haveria uma justa distribuição dos recursos e uma utilização plena e racionalmente proporcionada do equipamento e mão-de-obra disponíveis <sup>40</sup>.

Outro campo onde Lenine afanosamente trabalhou para lançar a «ponte» entre duas doutrinas *aparentemente* tão divergentes como o marxismo e o taylorismo é a questão da simplificação (desprofissionalização) do trabalho. Como vimos, um ponto fundamental do projecto revolucionário marxista e leninista era a extensão do trabalho manual e do trabalho intelectual a todos os indivíduos. Marx (inspirado pela *Filosofia das Manufaturas*, de A. Ure) e Lenine (reinspirado pela obra de Taylor) viam na simplificação extrema do trabalho manual o caminho para a sua extensão a todos os indivíduos. Com efeito, se o trabalho manual não requeresse já qualquer qualificação profissional (deixasse de exigir o «desenvolvimento duma especialidade»), por que razão haveria de permanecer esse trabalho «vocação exclusiva duma classe de trabalhadores»? Tornado acessível a qualquer pessoa, mesmo às crianças, o trabalho físico poderia e deveria ser executado por todos numa sociedade socialista, o que, por sua vez, iria permitir o acesso de todos os indivíduos às tarefas intelectuais e de gestão. Deste ponto de vista futurista e idílico, Marx e Lenine denunciaram o conservadorismo e o «egoísmo profissional» duma «aristocracia operária» qualificada — que sempre ofereceu resistência à parcelização e à desprofissionalização.

Ora a introdução do sistema de Taylor, defendida por Lenine nesta *perspectiva ideológica*, tinha necessariamente outras consequências (para além da desprofissionalização do trabalho), às quais Lenine *não* aludiu: a separação acentuada das funções de concepção e execução e a multiplicação dos postos de chefia, controlo e enquadramento do trabalho <sup>41</sup>. As funções de concepção e enquadramento do trabalho taylorizado, que se traduzem pelo funcionamento de repartições de estudos especializadas, equipas de controladores, preparadores de trabalho, cronometristas, etc., *excluem naturalmente a participação dos trabalhadores de execução*. Essa *exclusão* é mesmo um traço essencial e a condição de êxito na prática da organização tayloriana <sup>42</sup>. Deste modo, são consequências necessárias da taylorização a «inflação do sector terciário da produção» e a *burocratização* aprofundada da organização da empresa e do trabalho <sup>43</sup>. A taylorização conduziu a que uma parte

<sup>40</sup> T. Veblen: *The Engineers and the Price System*, Nova Iorque, Harbinger Book, 1963, com uma introdução de Daniel Bell.

<sup>41</sup> Note-se que Taylor preconizava a proporção de um dirigente-controlador para três operários de execução. A isto chamava Taylor «divisão quase igual do trabalho na empresa entre, por um lado, o operário e, por outro, a direcção» (*Principles of Scientific Management*).

<sup>42</sup> Não deixa quaisquer dúvidas sobre as ideias de Taylor acerca da «participação dos trabalhadores», por exemplo, esta sua frase: «O meu método consiste, essencialmente, em conceder à direcção o poder de determinação do ritmo de trabalho [...] Deste modo, só prevalece a vontade de uma das partes [...] e a harmonia é completa nas oficinas.» (*Shop Management*.)

<sup>43</sup> «A estrutura burocrática precedeu largamente a estrutura tayloriana, mas a passagem de uma à outra pôde fazer-se sem dramas, de tal modo elas se aparentam.» (P. Jardillier, *L'organisation humaine du travail*, P. U. F., 1973.)

sempre crescente dos conhecimentos técnicos e das funções de controlo fossem incorporados directamente no maquinismo automático, cujo funcionamento e orientação permaneceram, por seu turno, sob a alçada monopolística dos dirigentes, técnicos altamente qualificados e diversas equipas especializadas directamente subordinadas à direcção. A hipótese duma tal evolução (simultânea, à escala da sociedade, do aparecimento da nova classe dos «técnicos e profissionais») escapou às profecias de Marx, enquanto as ilusões leninianas, referentes a uma simplificação extrema da função gestonária que a pusesse ao alcance de qualquer cozinheira, se desmoronaram perante uma tendência real bem diferente. A parcelização e simplificação de determinadas funções administrativas foram *simultâneas* da hierarquização e segregação nos campos da informação, controlo e decisão.

Parece pois evidente que, mesmo que se conseguisse eliminar todo o carácter de especialidade e toda a necessidade de aprendizagem do trabalho físico ou de execução — do que se está ainda hoje muito longe —, não estariam ainda reunidas as condições para que cada indivíduo executasse a «sua parte» de trabalho físico (ou simples) e a «sua parte» de trabalho intelectual (ou complexo). Em matéria de «abolição da divisão capitalista do trabalho», processada segundo os esquemas marxistas e leninistas, o máximo que na prática se conseguiu foram os «sábados comunistas» e o trabalho físico (voluntário ou obrigatório) periodicamente executado pelos trabalhadores não manuais em alguns países «socialistas», sobretudo nas respectivas fases de arranque da industrialização moderna. Mas este trabalho voluntário (melhor seria dizer: não remunerado) sempre foi mais a afirmação propagandística duma vontade do que indício real de ruptura do sistema dado de divisão do trabalho. Somadas todas as «experiências» neste campo, parece tornar-se cada vez mais longínquo o ideal da «alternância socialista dos trabalhos».

Quanto à fabulosa redução do tempo de trabalho, nos países «socialistas» nunca se passou das promessas e nem sequer se atingiram os horários de trabalho semanais e anuais em vigor nos países «capitalistas». A teoria leninista de que a realização de todos os belos ideais comunistas dependeria dum prodigioso aumento prévio da produção permitia naturalmente adiar com boa consciência para um futuro incerto *também* a redução do tempo de trabalho.

A par das suas homilias sobre a democracia económica na organização soviética e a «participação efectiva das massas trabalhadoras na gestão», Lenine insistia categoricamente na necessidade, ditada pela «grande indústria», de «submissão sem reservas de milhares de pessoas à vontade de uma só»<sup>44</sup>. Tal como Engels nas suas elocubrações sobre a «tirania do vapor», Lenine preconizava uma ditadura «técnica» absoluta, assegurada pela submissão «sem reservas» dos trabalhadores, ditadura exercida *independentemente* do funcionamento de instituições «democráticas». Onde acabaria a ditadura «técnica» exercida pelos «dirigentes do trabalho» e onde começaria a «participação das massas na gestão»? A pergunta ficou sem resposta.

---

<sup>44</sup> «Tarefas imediatas do poder dos soviets.» Tendo-se insurgido mais tarde, em diversas ocasiões, contra a «desastrosa» experiência das *direcções colegiais* nas empresas, Lenine chegou mesmo a afirmar que a empresa não era uma escola em cujos bancos os trabalhadores devessem estar «eternamente» a *aprender a gestão*. Não havia tempo para isso, dizia Lenine, porque até a própria burguesia tinha levado séculos a aprendê-la.

Lenine apontou, porém, o modo de articulação, no tempo, da ditadura «técnica» e da participação na gestão: a primeira devia ser exercida no *tempo de trabalho*, a segunda no tempo *depois do trabalho* — o que, por sua vez, dependia da *futura* redução do tempo de trabalho! Assim se completa o percurso que conduz da teoria marxiana ao desaparecimento dialéctico da participação na gestão e à manutenção de horários de trabalho superiores mesmo aos dos países capitalistas.

## 2. OS CAMINHOS-DE-FERRO, OS CORREIOS E OS MONOPÓLIOS CAPITALISTAS COMO «MODELOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA»

Lenine considerava essencial para a vitória do socialismo a questão organizacional, a criação de novas formas de organização e gestão, acima de tudo: a criação de um novo aparelho de Estado. No entanto, Lenine não se propunha «inventar» modelos de organização a partir do nada ou dos belos ideais comunistas. Ter-se-á inspirado, aqui, na célebre fórmula de Marx: «Não são ideais o que é preciso realizar, mas sim libertar para a nova sociedade os elementos concebidos já no seio da velha sociedade burguesa em decomposição.» (*A Guerra Civil em França.*) Segundo Lenine, o mecanismo socialista de gestão deveria ser, em boa parte, *decalcado* de certos esquemas de organização e gestão criados pelo «capitalismo desenvolvido». Como exemplo, citou grandes organizações públicas de serviços, tais como os correios, os caminhos-de-ferro, assim como a estrutura organizativa dos monopólios capitalistas, bancos e grandes empresas de comércio e produção. O objectivo era a criação de «um só monopólio» (do Estado, confundindo-se com o próprio Estado), do qual todos os cidadãos seriam empregados e operários. «A sociedade inteira não será mais do que uma só *repartição* e uma só *oficina*, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.» (*O Estado e a Revolução.*) Neste monopólio «ao serviço dos interesses da sociedade» vigoraria um sistema de disciplina *cientificamente determinada*, sistema comparável a um «mecanismo de relojoaria» (imagem de Lenine). Retomando o fio às teses engelsianas sobre o determinismo técnico da autoridade, afinadas agora pelo diapasão do *scientific management*, Lenine declara: «Em todas estas empresas (caminhos-de-ferro, correios, grandes empresas comerciais e produtivas e bancos), a *técnica* prescreve uma disciplina absolutamente rigorosa, a maior pontualidade na execução da parte de trabalho distribuída a cada um, caso contrário verificar-se-á a paralisação de toda a empresa ou a deterioração dos mecanismos e do produto fabricado.» (*O Estado e a Revolução.*) Do domínio da *técnica* para a sociedade global o salto é extraordinariamente largo, o que não impediu contudo Lenine de projectar a extensão da «disciplina de fábrica» (*sic*) à sociedade inteira. Tal não constituía, a seu ver, o «objectivo final» dos bolcheviques, mas apenas «um degrau necessário».

Tratar-se-ia portanto de: 1) transpor, segundo a velha ideia de Marx, para a administração de toda a economia e da sociedade a proporção, a ordem e a organização vigentes no interior das empresas, nas quais Lenine considera terem-se tornado *acessíveis*, a toda a gente que saiba ler, escrever e contar, e extremamente *simplificadas* certas funções de gestão, como a inventariação e registo, contabilidade, etc; 2) *consequentemente*, eliminar nas repartições o reino da arbitrariedade e corrupção dos «burocratas burgueses», que não mais teriam razão de existir, tendo perdido o monopólio de exercício daquelas funções.

Segundo alguns autores do Leste, Lenine teria «descoberto», simultaneamente com o francês Fayol, os elementos componentes da função de gestão, isto é, aqueles elementos que a evolução da «grande organização capitalista» tornou relativamente autónomos, sistematizáveis e eventualmente repetitivos, simplificáveis e despersonificáveis. No entanto, Lenine nunca falou da acessibilidade nem da simplificação da função de decisão, facto que é revelador. Quando Lenine afirmava, em *O Estado e a Revolução*, que durante a fase «provisória» designada *ditadura do proletariado* todos os operários e empregados se deviam tornar «burocratas» provisoriamente para que ninguém se pudesse tornar «burocrata», referia-se então expressamente às funções específicas de controlo, registo e vigilância, e não à função de decisão, elemento primordial da gestão. Eram, de resto, aquelas funções que Lenine reservava, e só provisoriamente<sup>45</sup>, aos organismos de «controlo operário», e não funções de decisão. A sua concepção tradicional, demasiado restrita, de «burocracia» parecia excluir que a função de decisão fosse susceptível de «burocratização»... pelo menos em regime soviético.

É grandemente elucidativo o facto de os caminhos-de-ferro, os correios e o exército — organizações *burocráticas* e *autoritárias* por excelência — terem declaradamente servido à Revolução Soviética de modelos para a organização da economia nacional e do trabalho. Recorde-se que já Engels recorrera precisamente aos *caminhos-de-ferro* com o intuito de demonstrar a necessidade de uma «autoridade imperiosa» na produção em geral. Os caminhos-de-ferro também serviram a Engels para demonstrar a necessidade de *nacionalizar* os grandes meios de comunicação e, com um pequeno salto, todas as «forças produtivas modernas» (*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*). Engels argumentava que, em virtude do seu avançado «carácter social», era nas grandes empresas de comunicação que primeiro se apresentava a necessidade de estatizar a propriedade, perante a definitiva incapacidade da «burguesia» em gerir essas empresas. Surpreendentemente, na mesma obra, Engels revela que as causas das nacionalizações bismarckianas nada tinham, afinal, a ver com o «carácter social» dos caminhos-de-ferro ou com a «definitiva incapacidade» da burguesia em geri-los: Bismarck nacionalizou os caminhos-de-ferro para melhor se servir deles na guerra para a qual se preparava.

Para Lenine, os correios e os caminhos-de-ferro eram organizações que — mesmo sob o parasitismo dos seus «burocratas burgueses» — possuíam um «mecanismo de gestão social acabado», isto é, pronto para o socialismo; um «mecanismo admiravelmente bem apetrechado do ponto de vista técnico» (*O Estado e a Revolução*). Na mesma obra chega a propor a imagem de «toda a economia nacional organizada como os correios». Nesta questão dos modelos de organização, como em muitas outras, Lenine opunha-se virulentamente a Karl Kautsky. Este defendia, com efeito, que na sociedade socialista deveriam coexistir «as formas mais variadas de empresas: *burocráticas* (cita, como exemplo típico, os caminhos-de-ferro), *trade-unionistas* (geridas pelos sindicatos), *cooperativas*, *individuais*, etc.». Lenine, por seu lado, defendia que, do ponto de vista de organização, *nenhuma empresa* — fossem fábricas, grandes armazéns comerciais ou

<sup>45</sup> Com a efémera vida dos «comités de empresa» e a neutralização dos sindicatos e soviets — factos já ampla e repetidamente historiados — cumpriu-se a directiva leniniana de que o «controlo operário» deveria deixar de ser uma «multiplicidade de controlos dispersos», para passar a ser atribuição do Estado («operários»). Consultar a este respeito *Os Bolcheviques e o Controlo Operário*, de M. Brinton.

grandes explorações agrícolas — se distinguia «rigorosamente em nada» da «organização pretensamente burocrática dos caminhos-de-ferro» <sup>46</sup>.

Organização «burocrática» ou não, o que é certo é que os caminhos-de-ferro ou os correios, pela sua própria natureza, só podem funcionar como *mecanismo único*, agindo segundo uma só vontade, perfeitamente regulado, estandardizado e uniformizado em todo o país. (Neste esquema, pode dizer-se que assentava como uma luva a concepção «relojoeira» leninista da economia socialista.) Contudo, na maioria dos sectores industriais, agrícolas e comerciais, é possível e de todos os pontos de vista *necessário* estabelecer a dimensão óptima das unidades, adoptar em cada caso o tipo mais apropriado de relações entre as diferentes unidades, escolher localmente os métodos e ritmos de funcionamento mais adequados, etc. Ora, nos *caminhos-de-ferro* nada disto é concebível <sup>47</sup>.

Sem que isso fosse necessário ou desejável numa perspectiva socialista, Lenine desejava pois integrar, à imagem de organizações burocrático-militares, toda a actividade económica num mecanismo único, perfeitamente regulado e estandardizado, estendido a todo o país. A história da U. R. S. S. tem mostrado, através das suas contradições e convulsões, que esse modelo, não sendo nem necessário nem desejável *numa perspectiva socialista*, não é sequer *realizável* coerentemente.

### III

## OS NOVOS HORIZONTES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: DO SOCIALISMO CIENTÍFICO AO SOCIALISMO UTÓPICO

### 1. AS UTOPIAS E O SOCIALISMO

«Uma espécie de socialismo eclético e medíocre [...] reina ainda hoje [...] nas cabeças dos operários socialistas de França e Inglaterra. [...] Para transformar o socialismo em ciência era necessário, antes de mais, situá-lo no terreno da realidade.»

(F. Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, 1880.)

«O problema do regime mais desejável de organização do trabalho nas empresas industriais é um dos mais importantes, se não o mais importante, para o movimento operário. No entanto, que eu saiba, esse problema nunca foi estudado pelos teóricos do movimento socialista, nem Marx nem os seus discípulos lhe consagraram qualquer obra. [...] Os teóricos estavam talvez mal situados para tratar desse assunto, dado nunca terem vivido eles próprios a condição de simples engrenagens duma fábrica.»

(S. Weil, *La condition ouvrière*, 1937.)

Não deixa de ser curioso observar a propensão da ciência marxista para ser criticada no seu próprio terreno, pelos socialistas «utopistas» e «vulga-

<sup>46</sup> As citações de ambos provêm de *O Estado e a Revolução*.

<sup>47</sup> Consultar a este respeito R. Linhart, *Lénine, les paysans, Taylor, Combats-Seuil*, 1976, pp. 117 e segs. Linhart analisa aí a «verdadeira obsessão» que os caminhos-de-ferro constituíram para os bolcheviques, pelos mais diversos motivos. Os caminhos-de-ferro eram, para os bolcheviques, a imagem do próprio *Estado em movimento*. O «taylorismo soviético» encontrou também nos caminhos-de-ferro a sua referência central, a sua ideologia.

res». Estes, contrariamente à profecia de Marx e Engels, não desapareceriam da cena histórica, nem pelo desenvolvimento do capitalismo e sua polarização de classes, nem ofuscados pelo brilho de superioridade doutrinária do «socialismo científico». Simone Weil, de quem escolhemos a contracitação no topo deste capítulo, é apenas um exemplo dos muitos pensadores e continuadores da tradição socialista que, ao longo dos últimos cem anos, refizeram e reinventaram o projecto de transformação das relações de trabalho. Os modernos representantes e interpretadores do «socialismo científico» nunca hesitaram em classificar esses projectos, desdenhosamente, como utópicos. Mas os utopistas modernos são bem a expressão de que a atitude «crítico-utópica» do socialismo não poderá ceder o seu lugar a um sistema único, definitivo, de princípios congeladamente científicos — sistema esse, aliás, não menos *utópico* e, além disso, tendente a assumir aspectos cada vez mais *retrógrados*.

O «socialismo utópico» — apontado por Marx, Engels e seus discípulos como um mero reflexo do estágio embrionário do proletariado e da fase primária das contradições capitalistas no início do século passado — parece sobreviver a todas as certidões de óbito que lhe vêm passando, desde a primeira, o *Manifesto do Partido Comunista*. Talvez justamente porque muito daquilo que Marx e Engels pretenderam abranger sob a designação de *socialismo utópico* (e aglutinaram assim pensamentos tão diversos como os de Saint-Simon e Fourier) estava afinal longe de «reflectir» apenas o carácter embrionário da realidade capitalista do início do século XIX. Em particular, é a abertura de espírito, o grande poder imaginativo, certo pragmatismo e a flexibilidade teórica dos «utopistas» que representam a maior perda para o socialismo «cientificado» por Marx e Engels.

O «socialismo utópico» não só não morreu, nem em 1848 nem depois, como se tem permitido a ousadia de submeter o próprio socialismo «científico» e as sociedades que hoje se reclamam da sua realização a uma crítica sempre renovada, crescentemente certa e corrosiva. Numa época em que a doutrina marxista se converteu ou foi convertida em apologia oficial do «socialismo» realizado, aquilo a que modernamente se chamará *socialismo utópico*, permanecendo essencialmente crítico de todas as realidades sociais, pode ser considerado como um herdeiro e continuador da verdadeira tradição socialista. Porque não reconhecer mesmo que a fertilidade do projecto socialista está primeiramente na liberdade imaginativa e criadora da sua *função utópica*, função de «contracultura» de todas as sociedades industriais existentes, expandindo os horizontes da realidade e fornecendo alternativas para a acção social? Apologia do *statu quo* (e da opressão) ou utopia crítica, inspiradora e criadora — eis o dilema-limite do socialismo moderno. Utopia estéril ou utopia activa — no fundo, uma variante do mesmo dilema.

Os socialistas «utopistas» do século XX e os seus novos projectos não surgem apenas como negação crítica do «socialismo» realizado de tipo soviético ou até asiático, mas são-no necessária e decididamente. A falência, no século XX, da sociedade e do Estado ditos socialistas teria assim motivado a mesma busca de *novas soluções* que a «falência completa da sociedade e do Estado racionais» (Engels) nos fins do século XVIII, princípios do século XIX, após a Revolução Francesa. Os fundadores do «socialismo científico» ligavam o nascimento do «socialismo utópico» do século XIX ao clima de profunda desilusão perante a sociedade pretensamente regida pela Razão.

Para uma compreensão das causas pelas quais voltam vigorosamente à carga, nesta segunda metade do século XX, os socialistas «utópicos» contra

os «científicos», é necessário comparar as atitudes críticas recíprocas, confrontar as suas tentativas de «ultrapassagem» mútua.

Desse confronto ressaltará, por exemplo, a divergência das atitudes relativamente à previsão do funcionamento da futura sociedade. Marx e Engels, considerando que, sem uma transformação prévia e radical das estruturas económicas e sociopolíticas, era inútil pensar em transformar a sociedade nos seus aspectos parciais, julgavam inadmissível que um «verdadeiro revolucionário» se pusesse a «fazer planos para depois da revolução». A seus olhos, só o socialismo «utópico» ou «vulgar» se permitia planear os «aspectos secundários» da futura ordem social, descurando assim aquilo que Marx e Engels consideravam «essencial» e menosprezando a criatividade dos «agentes históricos» e a *praxis* como produtora de formas adequadas. Dizia Engels a propósito dos sistemas sociais construídos pelos teóricos «utópicos»: «Quanto mais em pormenor eram elaborados, mais degeneravam em puras fantasias.»<sup>48</sup> (Simultaneamente, Engels era obrigado a reconhecer que esses planos pormenorizados continham «ideias geniais» e «germes geniais de ideias».) Põe-se a questão de como interpretar o constante esforço de antevisão, nos seus aspectos «secundários», do funcionamento da futura sociedade, atitude realmente característica de certos pensadores «utópicos» (em Fourier terá sido uma preocupação quase doentia que o levou a formular planos e previsões certamente bizarras e ingénuas, mas que deveriam ser de preferência encaradas naquilo que têm de simbólico). Pois essa interpretação dão-na Marx e Engels muito claramente, revelando um aspecto muito importante das divergências entre «utópicos» e «científicos»: os primeiros propunham-se implantar uma nova ordem social por via não violenta, dita reformista, evitando a rotura brusca, isto é, «pela propaganda e, na medida do possível, através do exemplo de experiências-modelo»<sup>49</sup>. Porque esses eram os seus objectivos e os seus métodos de acção, os «utópicos» (R. Owen, Fourier, etc.) viam-se na necessidade quer de tornar «atraentes» os seus planos por um esforço de antevisão do detalhe, quer de passar imediatamente à prática, sem se sentirem paralisados pela predominância de determinado tipo de relações sociais. Este «espírito prático» ainda menos lhes permitia refugiarem-se em abstrações ou princípios gerais. Não está ainda aqui em discussão o sucesso ou insucesso dos projectos dos «utópicos» na prática.

Pelo contrário, Marx e Engels consideravam anticientíficos — e sempre os combateram no seio do movimento socialista — os projectos e os programas referentes aos aspectos «não determinantes» da revolução social, denunciando-os como sinal de transigência perante o capitalismo, como fuga às questões essenciais. As «novas relações de produção» — e isso é que era o «essencial» —, uma vez estabelecidas por via revolucionária, *determinariam* necessariamente aqueles aspectos «secundários». (Aspecto «secundário» era, por exemplo, a questão da *distribuição dos bens de consumo*<sup>50</sup> na futura sociedade ou a *organização do trabalho nas fábricas*<sup>51</sup>.) Propriedade colectiva, plano central, «associação livre» dos trabalhadores: para

<sup>48</sup> *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*.

<sup>49</sup> *Ibid.*

<sup>50</sup> Ver em *Crítica do Programa de Gotha*.

<sup>51</sup> A excepção do artigo «Da autoridade», de Engels, não conhecemos nenhum texto dos clássicos onde se descreva a um nível não abstracto o trabalho na futura sociedade. Como vimos, Engels menospreza aí o problema da gestão e aceita como um dado supra-social o sistema «herdado» de organização e divisão do trabalho.

Marx e Engels eram estes os ingredientes-base da nova ordem social; o restante não passaria de temperos condizentes, aspectos secundários a determinar pela nova prática. Mas será o *plano*, como que por definição, espontânea e necessariamente «racional», científico? Quem e como vai elaborá-lo e controlar a sua execução? Que mecanismo vai garantir que prevaleça a harmonia dos interesses e o interesse da sociedade? Como e por quem vai ser judiciosamente definido o «interesse da sociedade»? Como coadunar a «livre associação» com o plano central e as exigências de racionalização? Quais os problemas «técnicos» da planificação a resolver e como? A racionalidade espontânea, o automatismo da harmonia e da cientificidade, são conceitos invisíveis, mas omnipresentes, nas obras dos clássicos, ostentando a sua indiscutibilidade. Tal indefinição e ambiguidade dos «ingredientes-base» tornam logicamente ambígua toda a doutrina marxista da organização socialista. Como P. Ansart o mostrou<sup>52</sup>, esta ambiguidade começa em Saint-Simon, de quem Marx a retoma de par com as expressões saint-simonianas *plano* e *associação*. Em Marx, como em Saint-Simon, o carácter espontaneamente racional e científico dos planos é um axioma. (Além disso, na obra de ambos os pensadores se encontrará facilmente a apologia da organização autoritária e antiautoritária, centralizada e descentralizada da economia e da sociedade. Em ambos se encontram ainda referências à impossibilidade de acesso da maioria dos indivíduos à ciência e à chefia, assim como visões duma sociedade gerida por *todos os produtores*, e não apenas pelos sábios e gestores.)

Na sociedade harmoniosa de Fourier aparecem espontaneamente eliminadas as tensões e conflitos sociais, embora num sistema que ele descreve até aos mínimos detalhes. Quer se trate de pensadores socialistas «utópicos» quer «científicos», o problema da gestão e da divisão do trabalho é sempre mais ou menos miraculosamente «resolvido», no meio da maior ambiguidade. Mas, enquanto os «científicos» se limitam a generalidades, afirmando, por exemplo, com base em extrapolações duvidosas, que a divisão do trabalho «desaparecerá sem deixar rasto» (e que a educação dos jovens se encarregará de os encaminhar para ramos sempre diferentes de actividade, segundo as *necessidades da sociedade* ou (?) as *inclinações pessoais*)<sup>53</sup>, Fourier, por exemplo, constrói todo um sistema, que ele pretende tornar coerente, homogéneo e atraente à *força do detalhe*<sup>54</sup>. Em Marx e Engels, o determinismo das grandes abstracções substitui o esforço de antevisão e o espírito prático e propagandístico dos projectos de Fourier e Owen. Mas não estarão hoje condenados à desconfiança ou indiferença os programas de transformações sociais que, sob a sua preocupação principal de «mudar as estruturas», se esquivam à demonstração de como os «aspectos secundários» se encadeiam espontaneamente nos «aspectos essenciais»? A história tem-se encarregado de desmistificar muitos destes programas. O fim da era das revoluções violentas (não partilhámos o dilatado conceito engelsiano de violência) impõe a necessidade de projectos múltiplos, submetíveis a constante debate público (e abrangendo, consequentemente, «aspectos secundários»), projectos susceptíveis de recolherem os apoios criadores indispensáveis à sua realização. Evidentemente, é necessário

<sup>52</sup> *Sociologie de Saint-Simon*, Paris, P. U. F., 1970

<sup>53</sup> F. Engels, *Princípios do Comunismo*.

<sup>54</sup> Charles Fourier, *O Novo Mundo Industrial e Societário*.

contar sobretudo com a participação das maiorias: os «utópicos» preocupavam-se, um tanto unilateralmente, em convencerem apenas as classes dominantes a abdicarem da sua dominação. Mas também não é improvável nem «suspeito» que elementos das classes dominantes assumam papel destacado em reformas de fundo. F. Engels não terá sido nem o primeiro nem o último dos patrões industriais a «desassumir» o papel social que o *materialismo histórico* lhes atribui.

Quanto às experiências-modelo, condenadas por Marx e Engels a «moverem-se no reino da utopia», elas *vêm fazendo-se* há já muito tempo, em grande e em pequeno, com os sucessos e insucessos que estão bem patentes. As experiências-modelo tenderão sempre, sem dúvida, a serem «falsedades» ou «pervertidas» pela força do *encercllement* económico, político e cultural — e isto é válido quer para os *países que constroem o socialismo*, quer para as novas formas de microorganização (cooperativas, reformas da empresa, etc.). Mas as experiências-piloto têm sido ricas em ensinamentos e revelado justamente a insuspeitável importância e complexidade dos aspectos «secundários».

Relativamente às questões da relação do homem com o trabalho e da produtividade do trabalho, o socialismo não «científico» defende desde tempos remotos as posições aparentemente mais diversas. Socialistas reformistas, humanistas e «burgueses», anarquistas e congéneres, mantiveram e mantêm posições colectivistas e individualistas, produtivistas e antiprodutivistas, tecnicistas e antitecnicistas. Muitos «utópicos» viam na minimização do tempo de trabalho, entendido este como mal necessário, uma condição fundamental para a realização dos seus planos de sociedade. Neste caso, ora imaginavam uma fabulosa mecanização da produção que libertasse os homens das tarefas físicas, ora propunham um modo de vida frugal e austero baseado na auto-suficiência produtiva das comunidades de base. Outros pensadores, como Fourier e, no século xx, S. Weil, L. Mumford, G. Friedmann, H. Marcuse, I. Illich, etc. (esta enumeração é perfeitamente livre), denunciando embora a apologia «burguesa», fazem uma nova apologia do trabalho: propõem a restituição ao *labor* dos seus valores inerentes, visionam um trabalho «atraente», preconizam uma nova orientação da técnica que, diminuindo o peso das tarefas penosas, sirva a expansão da obra pessoal, inteligente, humanizadora e libertadora. Muitas vezes se encontra, num mesmo pensador, a apologia do trabalho de par com o plano de maximização do «tempo livre». Em Fourier, o produtivismo visionário duma «sociedade de abundância» aparece articulado com a teoria da transformação do trabalho em «jogo». Em Marx, como se referiu já, é assinalável uma considerável diversidade de posições, umas mais «definitivas» do que outras, no respeitante ao evoluir da relação entre o homem e o trabalho.

O socialismo «científico» moderno, quase sempre comprometido com as práticas soviéticas e asiáticas, pendeu definitivamente para a apologia dos valores «burgueses» do trabalho. O produtivismo de *rattrapage* é política oficial nos países «socialistas», todos muito aquém dos níveis de produtividade atingidos nos países da vanguarda industrial. A teoria das duas etapas (quantitativa e qualitativa) da construção do «socialismo» pressupõe que um prévio aumento prodigioso da produtividade é indispensável para se chegar ao «estádio superior» da socialização das relações de produção. As «variações» chinesas, patentes sobretudo ao nível da propaganda ideológica desde a «revolução cultural» e que adiante se relacionarão com a política

isolacionista seguida por aquele país, não apontam para uma orientação da tecnologia e da organização do trabalho incontestavelmente divergente da soviética, a qual se tem limitado a seguir, de menos longe, a ocidental. Deste modo, e como seria de esperar, as «utopias de ponta» da época actual vão surgindo onde a industrialização já percorreu mais caminhos, transformou mais a natureza e a sociedade, mas também extinguiu mais sonhos e produziu novas frustrações. Não é por acaso que os «utópicos» se apresentam hoje, quase sem excepção, como críticos daquilo a que chamam «civilização industrial», enquanto a industrialização continua a ser o primeiro objectivo de grande número de países.

O socialismo científico pretendendo destruir as ilusões dos socialistas «pequeno-burgueses», aderiu no século XIX ao partido da grande indústria e do crescimento sem barreiras. Basta ler o *Manifesto do Partido Comunista* para nos certificarmos de que a adesão à grande indústria não tem nada dum atitude casual. Para Marx e Engels era a grande indústria que, quebrando o isolamento dos produtores directos pela sua concentração em grandes fábricas e agindo no sentido duma suposta bipolarização classista de toda a sociedade (burgueses e proletários), sapava o terreno sobre o qual assentava a própria burguesia. Dadas as novas *dimensões* e complexidade da produção, os capitalistas ver-se-iam condenados a delegar as suas funções produtivas (gestão) em trabalhadores *assalariados*, não lhes restando outro «trabalho» senão «cortar cupões», embolsar lucros. A burguesia grande industrial produziria assim os seus *coveiros*, uma massa de trabalhadores *presumidamente homogênea, unida, solidária e revolucionária*<sup>55</sup>. A grande indústria, além de destruir as bases da antiga sociedade, constituiria a «base material» da sociedade sem classes. (Nos países do Leste, toda uma mitologia se desenvolveria à volta dos «efeitos benéficos» da grande indústria sobre os trabalhadores: uma espécie de «lei» social determinaria que entre os operários da grande indústria se encontram as mais puras formas de solidiedade humana, o mais elevado grau de consciência política, etc.)

Os «utópicos» não se sensibilizaram pela imagem duma grande indústria humanizante, antes apontam para os seus efeitos de crescente arremetimento e perda de autonomia e criatividade dos indivíduos. Alarmados pelo gigantismo destruidor das condições de equilíbrio nas relações entre os homens e entre o homem e a natureza, os «utópicos» modernos perseveraram na recusa do colectivismo elogiado pelo marxismo. O «livre desenvolvimento» das forças produtivas, o crescimento sem barreiras da produtividade, ainda menos colhe adeptos entre os modernos «utópicos».

Desponta aqui a divergência talvez mais profunda entre socialistas «científicos» e os modernos «utópicos». Para os últimos, a grande tarefa não será desobstruir o caminho para o pleno desenvolvimento das forças produtivas existentes (que «relações de produção obsoletas» teriam mantido «amordaçadas», segundo os marxistas). J. Habermas afirma já que o problema não consiste em saber, como Marx pretendeu, se *exploramos a fundo* um potencial tecnológico disponível ou susceptível de ser desenvolvido, mas sim se *escolhemos* «aquele potencial que nos é lícito querer numa perspectiva de apaziguamento e satisfação na existência»<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Sobre o evoluir das «previsões» de Marx referentes a esta questão e, particularmente, ao aparecimento duma *nova classe média* (como a burguesia o tinha já sido), ver, por exemplo, Daniel Bell, *The Coming of a Post-Industrial Society*, trad. franc.: *Vers la société post-industrielle*, Ed. Robert Laffont, 1975.

<sup>56</sup> *La Technique et la science comme «idéologie»*, Paris, Gallimard, 1973.

Marx e Engels censuravam os «utopistas» por estes *tirarem da cabeça* as soluções para as anomalias encontradas e os modelos da futura sociedade, em lugar de ser a cabeça a ir «descobri-los nos factos materiais da produção, tal como eles existem»<sup>57</sup>. Já vimos como Lenine traduziu na prática esta posição «antiutopista», pela adopção sistemática de «modelos prontos a servir» herdados do capitalismo monopolista. Mas serão desejáveis, ou sequer extrapoláveis, e quais, as tendências históricas verificáveis no domínio dos «factos materiais da produção»? Ao que os «utopistas» modernos se opõem é, justamente, à *adaptação passiva* do homem e do quadro institucional aos «factos materiais da produção». Aliás, Marx também afirmava que o socialismo iria permitir pela primeira vez, a *adaptação activa* da sociedade: na sociedade socialista, a história seria feita conscientemente pelo Homem. Ora que «adaptação activa» é possível se às «cabeças» restar apenas o trabalho de *descobrir* o sentido da evolução ditado pelos «factos materiais da produção» e de resolver os *problemas práticos* da marcha nesse sentido? Que critérios científicos existirão, de resto, para distinguir aquilo que é «tirado da cabeça» daquilo que é *descoberto nos factos* pela cabeça?

O procedimento dos «utópicos» consistia, segundo o marxismo, em fabricar de *toutes pièces* um modelo ideal da sociedade futura e, em seguida, recuar até à realidade presente, para ver o que nela está «bem» e está «mal» e para, conseqüentemente, se encontrarem as soluções necessárias. A este opõe Marx, como científico, o seu procedimento: apurar para onde é arrastada a sociedade pelos «factos materiais da produção» e pelas suas contradições internas e que obstáculos deverão ser removidos daquele caminho. Conhecido o destino da marcha triunfal da sociedade — e Marx não duvida dessa (sua) capacidade em conhecê-lo —, a *acção criadora* do homem (agente histórico) apenas deveria traduzir-se por uma caminhada *consciente* nesse sentido. Contudo, os dois procedimentos assim descritos têm algo de comum na sua raiz: a preexistência dum modelo único de evolução, ora «fabricado» ora «descoberto» por *algumas* cabeças, mas que, duma maneira ou doutra, reduz a feitura da História à execução dum plano predeterminado por alguma «autoridade» incontestável. Além do papel positivo que efectivamente desempenharam, os «utópicos» e, sobretudo, os socialistas «científicos» do século XIX legaram assim à posteridade um campo já fértil no desenvolvimento de crenças dogmáticas e na formação de seitas *declaradamente* religiosas (os «novos cristianismos»), ou só *de facto* tais. Estas seitas, ilustrando aliás um curioso processo de auto-negação dos seus dogmas iniciais, passariam por uma série de cismas e dissidências, resultando numa multiplicação interminável dos detentores contraditórios da verdade única.

Complete-se aqui o pensamento já citado de Habermas, que nos parece a crítica mais incisiva a esta atitude dos antigos «utópicos» e, sobretudo, dos «científicos»: «O problema não é saber se *exploramos a fundo* um potencial tecnológico disponível ou susceptível de ser desenvolvido, mas sim se *escolhemos* aquele potencial que nos é lícito querer numa perspectiva de apaziguamento e satisfação na existência. *Mas é desde já necessário acrescentar que apenas podemos pôr esta questão, e não dar-lhe uma resposta antecipada: ela exige precisamente que o diálogo*

*respeitante aos objectivos da prática vivida não mais seja limitado.»*<sup>58</sup> A libertação da comunicação é, na posição de Habermas, uma condição permanente para que o desenvolvimento das forças produtivas possa constituir um potencial de libertação. É a «discussão pública, sem entraves nem manipulações», a todos os níveis de formação da vontade política repolitizada. «Reflexão generalizada», este tipo de comunicação é que poderá servir de base ou centro a um *processo global de racionalização*. Pelo contrário, os sistemas e doutrinas que, encarando a «adaptação activa da sociedade» do mesmo modo que a «adaptação activa da natureza» (questão «técnica»), preestabelecem e impõem uma «racionalização», tudo farão em seguida para que a realização desta não seja comprometida. Oferecerão pois toda a resistência à libertação da comunicação, através duma multiplicação infernal dos meios de controlo social, não olhando ao preço da criação dum consenso artificial.

Ivan Illich, em quem facilmente se reconhecerá um dos modernos socialistas «utópicos» mais originais e fecundos, recusa-se expressamente a seguir os seus «antepassados» na contrução duma «utopia normativa» ou «ficção detalhada da sociedade futura». Pretende fornecer instrumentos para a acção e «deixar livre curso à imaginação», para que «cada colectividade possa escolher continuamente a sua utopia realizável»<sup>59</sup>. Também ele aponta para o «ritmo canceroso de crescimento do subsistema social destinado ao controlo social» a que parecem conduzir inevitavelmente as «racionalizações» globais e parciais impostas nas actuais sociedades industriais. No entanto, não são privilegiadas na sua análise as estruturas políticas e económicas da sociedade. Sem desprezar o problema das instituições, Illich concede, pelo menos, tanta importância à escolha de *tecnologias e instrumentos* («apetrechamentos») susceptíveis de serem utilizados e controlados por todos e no interesse de cada um. A necessidade e o tipo de controlo existentes numa sociedade estão em íntima relação com o tipo de apetrechamento ou equipamento dessa sociedade, e não apenas, nem sobretudo, com o tipo de propriedade vigente. Como diz Illich, o conceito de apropriação colectiva não poderá ser aplicado a um apetrechamento social concebido para ser controlável apenas por minorias. Este tema será desenvolvido no capítulo seguinte.

## 2. OS INSTRUMENTOS, A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E A UTOPIA

Um dos conceitos marxistas mais imprecisos e utilizados de modo mais contestável é o do *carácter social* dos meios ou das forças de produção. Como vimos, Marx e Engels consideravam o modo de produção industrial por eles analisado no século XIX como um modo de produção já «colectivo» *de facto* e as forças de produção suas contemporâneas como eminentemente «socializadas». Nesse postulado básico, que é avançado um tanto sob a forma de dogma, assenta a teoria marxista da revolução: ultrapassagem da contradição entre as forças (socializadas) e as relações (capitalistas ou privadas) de produção.

Apesar de todas as *nuanças* e da forma muitas vezes condicional com que Marx formulou aquela «lei», ela prestou-se sempre a interpretações simplistas que lhe reduziram ainda mais o conteúdo de realidade. O fetichismo das relações jurídicas de propriedade predomina na «leitura» de Marx e na prática política dos actuais partidos comunistas. Mas estas

<sup>58</sup> *Op. cit.*

<sup>59</sup> *La convivialité*, Ed. du Seuil, 1973.

interpretações não terão feito mais do que reforçar o carácter simplista e dogmático da própria «lei», explorando negativamente as suas lacunas e tornando caricatas as suas generalizações.

Influenciado pela leitura de Saint-Simon, Marx centrava a sua atenção sobre dois grandes movimentos evolutivos simultâneos, expressão dum só. O primeiro era a socialização ou colectivização da produção, a «associação» (Saint-Simon) dos *produtores*<sup>60</sup> pela grande indústria, o desenvolvimento das potencialidades da «criação colectiva». O segundo movimento era a unificação do mundo pela industrialização (e pela expansão planetária das relações capitalistas de produção, em Marx). Numa fase adiantada destes dois movimentos conjugados previam ambos os pensadores uma *coesão social da espécie humana*, que Marx teorizou como a sociedade socialista, complemento e ultrapassagem da socialização iniciada pelo capitalismo.

Mas a industrialização e a socialização que ela baseia são ambíguas. O mundo *industrializado* reaparece duplamente dividido em «sociedades estatais» e «sociedades de classes», isto é, dividido em potências virtualmente hostis que dispõem de «mecânicas industriais» particulares, não coordenadas, e divididas as sociedades em «patrões e servidores de mecânicas»<sup>61</sup>. As socializações industriais são ambíguas porque são parciais, porque estendem a criação colectiva até novos patamares, conservando, no entanto, uma dupla divisão da espécie humana. Daí as ambiguidades, já referidas, de que são portadoras as doutrinas industrial-colectivistas de Saint-Simon e Marx. Ambos descrevem e anunciam, sob a aparência dum mesmo movimento, socializações de sinal contrário (ou, no dizer de Perroux: socializações socialistas e socializações sem socialismo). As «inovações» teóricas de Marx — basicamente a *revolução socialista* — não resolveram a ambiguidade: tal como Saint-Simon, que com a «sociedade industrial» anuncia simultaneamente o «socialismo» e o «capitalismo» (conceitos que lhe eram inteiramente estranhos), assim Marx anunciava tipos diversos, se não opostos, de «socialismo».

Os esforços de multidões de indivíduos são congregados pelo aparecimento da fábrica e da grande empresa, mas produziu-se ao mesmo tempo a oposição entre gestores e servidores da «mecânica», entre donos e criados das máquinas e da técnica. A «mecânica», entreposta entre os seus gestores e servidores, incorpora e reproduz, por sua vez, essa divisão<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Em Saint-Simon, todas as camadas ligadas à produção, e não apenas a «classe mais numerosa», os «proletários». Em Fourier, os *industrieux* englobam *todos os não ociosos*.

<sup>61</sup> François Perroux, *Industrie et création colective*, P. U. F., 1967, capítulos «La socialisation ambiguë» e «Lecture du Saint-Simonisme».

<sup>62</sup> Em *O Homem Unidimensional*, H. Marcuse desenvolve a tese de que a tecnologia desenvolvida pela civilização industrial não só forneceu métodos mais eficazes de controlo e dominação, como é ela própria, enquanto tecnologia, perpetuação da dominação. Despotismo da técnica e técnica do despotismo aparecem assim cada vez mais sob as cores duma mesma realidade, a tecnicização do despotismo. Marcuse defende nesta obra que, em virtude da convivência básica da tecnologia com a dominação social, a rutura necessária entre racionalidade técnica e racionalidade da exploração exigirá uma nova orientação da técnica e novos projectos da ciência. Nessa e em várias outras obras (*O Fim da Utopia*, por exemplo), Marcuse afirma, no entanto, que *estão já actualmente presentes* as «forças de produção materiais, técnicas e científicas necessárias ao estabelecimento da nova sociedade». Neste ponto coincide exactamente com a posição marxista, apontando acusadoramente para as relações de poder dominantes, que amordaçam e inactivam o *já existente* potencial

O «*carácter social*» dos meios de produção, tal como Marx e Engels utilizaram este conceito, e a «*criação colectiva*» desenvolvida pela divisão manufactureira do trabalho e pelo sistema fabril são, pois, conceitos muito relativos, ambíguos, nascidos apenas do confronto com a *base individual* da pequena produção. Por essa ordem de ideias, seriam também «criações colectivas» as obras gigantescas realizadas no passado pelo trabalho de escravos: hoje, substituídos o chicote e as feras pelos estímulos, coacções e sanções económicas e por uma «mecânica» programada que o trabalhador se limita a servir e seguir, como avaliar a «evolução» da criatividade colectiva?

A socialização dos meios de produção, ou seja, «*fazer prevalecer com plena consciência o carácter social dos meios de produção*» (Engels), consistiria em pôr esses meios ao serviço de toda a sociedade. O socialismo científico propõe para esse fim a *apropriação colectiva* dos meios de produção.

Reencontramos aqui a questão de saber se, na realidade e não apenas a nível jurídico, a apropriação colectiva se pode aplicar a meios de produção objectivamente incontroláveis ou só controláveis monopolisticamente por determinada camada social. Diz Ivan Illich: «A solução não reside num certo modo de apropriação do instrumento (utensílio), mas na descoberta do carácter de certos instrumentos, a saber: ninguém poderá nunca possuí-los.»<sup>63</sup> Illich introduz, na obra citada, a noção de *estrutura destrutiva do instrumento* e sua contrária, a *estrutura convivial*. (*Instrumento* é utilizado no seu sentido mais vasto: vai da ferramenta ao *know-how* e à lei, passando pelo computador, a auto-estrada e a escola.) O instrumento «destrutivo» (ou anticonvivial, anti-humano, anti-social) aumenta a uniformização, a dependência, a exploração e a impotência. O instrumento «destrutivo» é sobreprogramado, impedindo o equilíbrio entre o saber coisificado e o saber proveniente das relações criativas entre o homem e o seu ambiente. O instrumento «destrutivo» é também inabordável: quem o manuseia não compreende o seu funcionamento, não sabe repará-lo ou adaptá-lo segundo as suas necessidades. O instrumento de estrutura «convivial», para além de menos controlável por outrem, dá ao homem a possibilidade de exercer uma acção mais criadora e autónoma, podendo qualquer indivíduo ou grupo utilizá-lo para os fins que ele próprio determinar. «*Certos instrumentos são sempre destrutivos, quaisquer que sejam as mãos que os detenham, quer sejam da Máfia, dos capitalistas, duma firma multinacional, do Estado ou mesmo dum colectivo de trabalhadores.*»<sup>64</sup> A estrutura anti-humana do instrumento, conclui Illich, não será pois necessariamente transformada pela estatização, a panaceia proposta pelo socialismo científico. A variante estalinista da «propriedade colectiva» produz mesmo um efeito diametralmente oposto, afirma Illich, pois ela «*subordina as relações sociais às exigências dos instrumentos, pondo os homens ao serviço das máquinas duma maneira ainda mais eficaz*

---

material de libertação. Levado a esta posição pela contestação da ideologia dominante, que nega sistematicamente as possibilidades materiais de mudança, Marcuse acaba por subestimar as objecções que ele próprio levantara e declara, assim, que a tarefa fundamental do «materialismo revolucionário» actual seria o desenvolvimento, pela propaganda, da *consciência* da sociedade, no sentido do reconhecimento da efectiva possibilidade material da «libertação».

<sup>63</sup> *Op. cit.*

<sup>64</sup> *Ibid.*

que o capitalismo»<sup>65</sup>. Nos Estados do Leste, o planificador «rivaliza com o apologeta da livre empresa na tentativa de demonstrar que os seus princípios asseguram à sociedade o máximo de produtividade»<sup>66</sup>. Comunistas e capitalistas falariam assim a mesma linguagem, medindo de maneira similar o grau de desenvolvimento atingido por uma sociedade. A linguagem comum é a linguagem da produtividade, calculada segundo princípios contabilísticos idênticos que, nomeadamente, não levam em conta nem são susceptíveis de revelar o aumento das «desutilidades marginais» do crescimento industrial e da especialização. Os indicadores da produtividade ou a taxa de crescimento do PNB são mesmo utilizados nas sociedades industriais para ocultar a «taxa de crescimento da frustração e dos absurdos» (um dos irreverentes «indicadores» que Illich introduz).

Há quarenta anos, já Simone Weil se interrogava sobre os possíveis efeitos da colectivização da propriedade sobre a organização do trabalho e a relação homem/máquina. Esta intelectual descida ao submundo do trabalho operário fabril, tendo experimentado a condição de «suplemento de máquina», viria a constatar as graves lacunas do projecto socialista tradicional quanto ao regime desejável de organização do trabalho. As lacunas atribui-as S. Weil ao facto de Marx, Engels, Proudhon, etc., terem estado mal colocados para uma apreciação da real amplitude do problema operário, visto nunca terem experimentado ao vivo o papel de «engrenagens duma fábrica», isto é, a condição do operário fabril. S. Weil considerava ineficazes as medidas de carácter jurídico perante a necessidade de transformação da organização tayloriana do trabalho — da qual fez as mais acerbas críticas. Exprime bem a sua decepção perante as pseudo-soluções esta afirmação, em que se torna porta-voz do operariado fabril: «Se amanhã tomássemos conta das fábricas, não saberíamos que fazer delas e, depois de um tempo de flutuação maior ou menor, seríamos forçados a organizá-las como elas o são actualmente.»<sup>67</sup> S. Weil sabia que as tecnologias e as máquinas «herdadas» acabariam por reproduzir o mesmo tipo de organização do trabalho nas suas linhas essenciais e que o espírito dos gabinetes de estudos, onde tecnologias e equipamentos eram concebidos, não seria afectado pelas nacionalizações. «Para que serviria aos operários a nacionalização parcial ou total da economia se o espírito dos gabinetes de estudos não mudasse? E até hoje, que se saiba, esse espírito não mudou onde houve nacionalizações. A própria propaganda soviética nunca pretendeu que a Rússia tenha encontrado um tipo radicalmente novo de máquina, digna de ser empregada por um proletariado ditador.»<sup>68</sup>

Contrariamente a Marx, que, como vimos, pretendeu estabelecer uma demarcação rígida entre as *máquinas* e o *emprego (capitalista) das máquinas*, S. Weil partia do princípio de que a palavra *máquina* podia designar realidades contrárias do ponto de vista da posição do trabalhador no processo e na organização do trabalho. «Poderiam aparecer coisas que se chamariam máquinas, mas que, do ponto de vista do homem que trabalha, seriam exactamente o oposto da maioria das máquinas actualmente em uso. [...] Só a transformação das máquinas pode impedir que o tempo dos operários se assemelhe ao dos relógios, um tempo inabitável pelo homem, irrespi-

<sup>65</sup> *Re-tooling Society*, citado por A. Gorz.

<sup>66</sup> *La convivialité*.

<sup>67</sup> «La rationalisation», in *La condition ouvrière* (escrito de 1937).

<sup>68</sup> «Le déracinement ouvrier», in *L'enracinement* (escrito em 1943).

rável.»<sup>69</sup> Weil considerava que, nas «melhores páginas de *O Capital*», Marx expusera brilhantemente as razões da necessidade de criar novos instrumentos de trabalho, embora nunca tivesse dado o relevo conveniente a essa questão e houvesse assumido posições políticas contraditórias com as teses ali defendidas.

Como posteriormente Illich, Weil considerava a grande indústria e as grandes fábricas antagónicas da reabilitação do homem no — e pelo — trabalho. Na sua opinião, como na de outros autores (Lewis Mumford, por exemplo), o século XX trouxera a possibilidade de evitar as grandes concentrações fabris no sector secundário, em virtude dos novos tipos de máquinas e da utilização de energia eléctrica como força motriz. No seu detalhado projecto «utópico», Weil preconizava a *abolição das grandes fábricas*, através duma descentralização do processo produtivo<sup>70</sup>. As grandes *empresas* seriam conservadas, mas seriam criadas pequenas oficinas *un peu partout*, em que os instrumentos e máquinas individuais seriam propriedade individual. A descentralização do processo produtivo tornaria possível a combinação do trabalho industrial com a posse e cultivo da terra. Existiriam ainda centros de montagem dos produtos acabados, onde todos os trabalhadores das unidades dispersas se revezariam, para evitar a especialização. (S. Weil completa esta descrição com detalhes que, embora mais bucólicos, menos fantasmagóricos, chegam a fazer lembrar as bizarras de Fourier.)

As críticas de Illich também visam contestar nos seus fundamentos a convicção marxista e leninista da possibilidade de utilização «capitalista» e «socialista» dum *mesmo tipo* de potencial tecnológico. Illich afirma que, para além da transformação do quadro institucional (*inversão das instituições* é a sua designação), a realização do ideal proposto pela tradição socialista necessitará dum *reapetrechamento da sociedade* (substituição do equipamento «industrial» por um equipamento «convivial»). No entanto, Illich, cujos escritos só de raspão abordaram até agora o mundo do trabalho industrial propriamente dito, apercebe-se da dificuldade em estabelecer uma classificação total e absoluta dos *instrumentos* segundo o carácter «destrutivo» ou «convivial» da sua estrutura. Admite que instrumentos de estrutura caracteristicamente «convivial» possam ser «desviados e pervertidos na sua utilização» e que instrumentos «anticonviviais» possam ser «convivializados» por alterações ou descobertas técnicas.

As dificuldades duma classificação absoluta segundo estes critérios são, de resto, comparáveis às que levantaria a tentativa de classificação dos instrumentos de trabalho segundo o grau de parcelização ou o tipo de organização do trabalho que esses instrumentos subentenderiam. Com efeito, no caso, por exemplo, de certas máquinas-ferramenta, o grau de parcelização, criatividade ou monotonia do trabalho nelas executado pode variar dum extremo ao outro. Uma mesma máquina pode servir na produção de grandes séries (em que cada trabalhador apenas executa alguns gestos estereotipados), podendo igualmente servir no fabrico de produtos complexos de pequena série, exigindo do trabalhador grande qualificação e perícia. Uma mesma máquina pode servir o trabalho dum produtor isolado ou, pelo contrário, constituir simples engrenagem dum gigante industrial. Estas dificuldades de classificação parecem todavia reduzir-se consideravelmente quando se trate de instrumentos ou equipamentos, inclusive grandes instalações fabris,

<sup>69</sup> *La condition ouvrière.*

<sup>70</sup> Capítulo citado de *L'enracinement.*

susceptíveis de um só tipo de utilização, mais ou menos inconvertíveis, portanto, do ponto de vista da transformação da organização do trabalho. Os trends de desenvolvimento industrial e técnico apontariam até no sentido da predominância dos instrumentos de utilização uniforme e única: o taylorismo e o fordismo não se limitaram à pesquisa e desenvolvimento daquilo que designaram *one best way* — único melhor método (de produção); essa sua orientação conduziu necessária e conscientemente à pesquisa e desenvolvimento do *one best tool*, «único melhor instrumento» correspondente ao único melhor método<sup>71</sup>. Este processo deve também ser considerado no seu aspecto de «incorporação» de relações sociais determinadas nos meios e técnicas de produção, assegurando a reprodução do sistema dado de divisão do trabalho. Obtemos assim a sequência: únicas melhores relações sociais, único melhor método de trabalho, único melhor instrumento. Perante estes sinais de «totalitarização» do sistema industrial torna-se sumamente problemático determinar, numa óptica marxista ou até marcusiana, os critérios de «reconversão» do potencial tecnológico existente, visando a sua «utilização construtiva». Mas numa óptica diferente, como a de Illich (com o assento posto no *reapetrechamento* da sociedade), ou a de Habermas (*escolha livre* do potencial tecnológico desejável numa perspectiva de «apaziguamento e satisfação existencial»), as interrogações que ficam são também consideráveis. A atitude «crítico-utópica» de oposição aos trends de industrialização tem tendência ora a radicar-se a extremos, ora a moderar-se perante a amplitude daquelas interrogações. No primeiro caso, as perspectivas oferecidas são frequente e inequivocamente as do mítico regresso a um «estado natural» ou «idade de ouro» qualquer. No segundo caso, a refutação em bloco da «civilização industrial» cede o lugar a atitudes consideradas «reformistas». A radicalização e a moderação manifestam-se por vezes simultaneamente no pensamento «utópico». A feroz oposição de Illich às grandes instalações industriais, ao *mega-instrumento* sobreprogramado e inabordável, é assim temperada pela sua afirmação de que, «evidentemente, o aço e a electricidade nunca poderão ser produzidos no nosso quintal»<sup>72</sup>. Seria, pois, errado, segundo Illich, pretender banir pura e simplesmente os *mega-instrumentos*. Haveria, contudo, que «quebrar» o seu *monopólio radical*, isto é, a exclusividade e obrigatoriedade de recurso a esses instrumentos. Quebrar o monopólio do mega-instrumento que escapa ao controlo dos indivíduos e lhes minimiza a autonomia e a criatividade é *diversificar os modos de produção e os tipos de instrumentos, permitindo a sua coexistência*. Aqui encontramos de novo o «utopismo reformista» de Owen e Fourier, criticado por Marx e Engels em virtude do seu plano de construção de *enclaves* (experiências-modelo) no corpo da sociedade capitalista, sem se preocuparem demasiado com as relações de produção e propriedade dominantes. *Para o socialismo científico, a crescente monopolização e totalitarização da produção capitalista é historicamente «positiva», «progressista», porque supostamente conduz à rotura, ao advento do «socia-*

<sup>71</sup> Ver a este propósito Benjamin Coriat: *Science, technique et capital*, Ed. du Seuil, 1976.

<sup>72</sup> *Re-tooling Society*. Quanto à produção de electricidade, A. Gorz contesta esta afirmação de Illich, declarando que a produção de energia eólica e solar em pequena escala não levantaria problemas insolúveis. Além disso, segundo pareceres técnicos recentes, a eficiência ou «rendibilidade» duma central solar não é de modo algum proporcional à dimensão das instalações, não havendo pois *economia de escala* possível.

lismo». Para os «utopistas», que não acreditam nesse tipo de rotura (a transformação, pela força revolucionária, das macrestruturas socioeconómicas), o caminho é a implantação de novas formas de associação e de produção, enclaves ou experiências-piloto que, pelo exemplo e pela atracção exercida sobre as pessoas, conquistariam a preferência de vastas camadas sociais.

Tratar-se-ia, afinal, para os «utópicos», de «tirar das cabeças», submeter à discussão generalizada e à experiência soluções e modelos que constituem alternativas social e humanamente eficazes perante as pistas de evolução traçadas pela ordem fatal das coisas ou pelos «factos materiais de produção». Durante os últimos cento e cinquenta anos, a economia de escala e a exigência de eficácia pareceram apontar implacavelmente no sentido da parcelização do trabalho e do gigantismo monopolístico dos meios de produção. Para os «utópicos», como Illich, é hoje necessário e possível «contrariar» tal tendência histórica — sem ter de regressar à roca e ao fuso, como ameaçava Engels na sua apologia da grande indústria. A *desmassificação* das empresas já não é hoje um sonho. F. Dalle, um «grande industrial capitalista», afirma mesmo que se trata duma necessidade urgente: a «inversão» do taylorismo, a descentralização da informática de empresa e a constituição de células de produção mais reduzidas, mais autónomas e mais humanas são por ele apontadas como uma escolha que é premente fazer.

Trata-se de saber se a «colectivização» iniciada e desenvolvida pelo sistema capitalista deverá ser «livremente» prolongada *ad infinito* e «aperfeiçoada», ou se, visto essa colectivização ter atingido e ultrapassado sucessivos limiares naturais e sociais de desutilidade e destrutividade, não haverá que reconstruir as dimensões humanas através duma *socialização* oposta à *concentração dos indivíduos, dos instrumentos, das informações, do poder de controlo e decisão*, etc. Esta socialização pareceria certamente paradoxal a Marx, para quem só a concentração grande-industrial significava e permitia cooperação em grande escala, desenvolvimento das potencialidades sociais, domínio do homem sobre a natureza<sup>73</sup>. Em contrapartida, ao homem do final do século xx poderá parecer pelo menos tão paradoxal que Marx tivesse pensado um século atrás o socialismo como (r)estabelecimento da «propriedade individual» do trabalhador, *na base da grande indústria e das outras «aquisições da era capitalista»*<sup>74</sup>.

Parece, contudo, claro que a simples dispersão, descentralização *meccanicista*, não constitui uma alternativa real à concentração *orgânica* das forças produtivas e das funções de gestão. Retomemos aqui o atrás exposto plano «utópico» de S. Weil. Perguntar-nos-emos se a descentralização do processo produtivo, tal como a preconiza, não conduziria precisamente a uma separação contraproducente: por um lado, fabrico em série, centralizado, dos produtos finais e, por outro, produção dispersa dos elementos intermédios. Essa separação no espaço e no tempo geraria ou cristalizaria certamente o trabalho desqualificado (montagem em série do produto acabado); além disso, a dispersão das fases de produção tal como elas existem reduziria consideravelmente as possibilidades de trabalho criador e inovador para a maioria dos trabalhadores, dificultaria a visão e o controlo globais do processo produtivo, empolaria a necessidade de transportes e outros custos de produção. Perante tal «sacrifício» da *economia de escala*, mos-

<sup>73</sup> *O Capital*, cap. xxxii.

<sup>74</sup> *Ibid.*, id.

tram-se demasiado magros e hipotéticos os resultados e as compensações. Na maioria dos casos não parece exequível nem representaria qualquer progresso *refazer no sentido inverso o processo de concentração industrial*. Apresenta-se bem mais complexo o percurso duma socialização simultânea com a desmassificação industrial, uma socialização de certo modo oposta, mas também *posterior* à concentração ou colectivização de tipo capitalista. Trata-se de ultrapassar qualitativamente a colectivização de tipo capitalista — e não de retroceder a formas anteriores de cooperação e divisão do trabalho, nem de «reajustar» a superestrutura à base económico-social «revolucionária» que o capitalismo engendrou.

O desafio lançado pelos «utópicos» modernos deve todavia ser entendido e justamente apreciado: a inadequação de muitas das suas respostas não demonstra a irrealidade das quentíssimas questões que levantam. Os projectos utópicos e as conceptologias «marginais» dos seus autores são sempre fermento de inovação e progresso social.

### 3. O ANTITAYLORISMO «PROLETÁRIO» E O ANTITAYLORISMO DA «NOVA CLASSE MANAGERIAL»

Convencionou-se chamar *organização científica do trabalho* (OCT) — tradução «livre» de *scientific management* — à doutrina e métodos de organização da empresa e do trabalho baseados na separação sistemática entre o trabalho de concepção-gestão e as tarefas de execução, na parcelização do trabalho (permitindo nomeadamente a utilização de critérios «objectivos» de remuneração diferenciada), na supressão dos tempos mortos pela economia das operações e gestos supérfluos, na especialização e uniformização dos instrumentos (equipamentos e oficinas) e dos produtos, no desenvolvimento de serviços especializados (ditos funcionais) na empresa, nos métodos de selecção «óptima» do pessoal, etc. *Taylorismo* e OCT são usados frequentemente com o mesmo sentido, em virtude de Taylor ser considerado (e de se ter considerado a si próprio) como o *pai* do *scientific management*. Costuma, no entanto, salientar-se que Taylor, muito provavelmente, não se reconheceria em várias práticas que do seu nome se reclamaram. Resta saber se Taylor, assim como outros fundadores de doutrinas, se reconheceriam hoje na sua própria obra. A questão é a mesma, e igualmente metafísica...

Alguns princípios mais conhecidos do taylorismo - OCT são aplicáveis somente, ou predominantemente, na grande produção em série, onde a especialização pode ser levada a extremos e os custos de «enquadramento do trabalho» (cronometragem, análise dos gestos, estudo de métodos, preparação das tarefas, controlo, etc.) são amortizáveis em grande massa de produtos. O «fordismo», ou seja, basicamente, a introdução das cadeias de montagem (ou de produção) e de sistemas salariais compatíveis, é justamente um aperfeiçoamento do taylorismo-OCT no campo da produção em série.

Não é difícil, no entanto, identificar no taylorismo os traços essenciais da organização «capitalista» do trabalho fabril, tal como ela foi descrita (ou prevista)<sup>75</sup> por Marx em *O Capital*: expropriação do saber e do poder

<sup>75</sup> Certos autores consideram que a descrição marxiana do trabalho fabril tinha algo de futurista, dado o ainda muito modesto lugar ocupado pelo maquinismo na produção industrial do seu tempo.

de controlo dos produtores imediatos, transformados estes em «acessórios vivos» do «trabalho morto», e intensificação da jornada de trabalho, com vista à maximização da mais-valia, à realização e acumulação óptimas do capital. O *trabalho parcelar* (*travail marcelé* foi outra expressão muito usada por Marx, que a retomou de Fourier) e o *operário parcelar* são categorias centrais nesta descrição marxiana da organização capitalista do trabalho.

Dado aquilo a que Marx chamou *lado civilizador do capital*, ou seja, a instauração da *produção dum sobreproduto* (sobreproduto necessário ao constante «revolucionamento das forças produtivas»), põe-se a questão de saber se o taylorismo, como sistema de organização «capitalista» do trabalho, não terá também um «lado civilizador» e qual. Ou seja: até que ponto os princípios e métodos tayloristas «reflectem» as simples exigências da produção dum sobreproduto «abstracto» e historicamente «inocente» e onde e quando é que «reflectem» as necessidades da reprodução do domínio das relações capitalistas.

Certas correntes marxistas «esquerdistas» ou neomarxistas pretendem rejeitar em bloco a organização tayloriana do trabalho, afirmando que a separação funcional concepção/execução, assim como a parcelização das tarefas de trabalho, servem *apenas* a extracção capitalista da mais-valia, a acumulação do capital, a reprodução do domínio de classe burguesa. S. Marglin, por exemplo, estuda as origens da *subdivisão ou parcelização das tarefas* e o seu papel na génese do capitalismo, concluindo não se tratar de nenhum *progresso tecnológico*, mas pura e simplesmente dum método de produção que serve os interesses da acumulação de capital e coloca todo o poder nas mãos do «coordenador» da produção<sup>76</sup>. É provavelmente muito difícil defender esta tese e, simultaneamente, admitir que houve qualquer «progresso tecnológico» desde os primórdios da produção capitalista até hoje. Ou, admitindo-o, torna-se problemático abstrair das *condições* que permitiram esse progresso tecnológico. Justamente uma das condições mais evidentes foi a concentração ou colectivização capitalista da força de trabalho e dos meios de produção, baseada na busca da economia de escala e no aproveitamento das potencialidades do trabalho colectivo (isto é, não individual). A isto deu Marx o nome de *força produtiva do capital*.

Outra posição igualmente «marxista», mas discordante da de Marglin, refuta a afirmação de que a parcelização das tarefas esteja obrigatoriamente ligada ao predomínio das «relações capitalistas». Christian Palloix, por exemplo, fala dum «duplo processo de trabalho» em que seria necessário distinguir dois processos: «um centrado na produção do sobreproduto e arrimado à produção de massa, outro centrado sobre o domínio capitalista da reprodução das relações mercantis.»<sup>77</sup> Esta distinção terá os seus atractivos, mas Palloix considera desnecessário indicar como é que imagina a produção do «sobreproduto» na grande indústria, e particularmente na produção em grande série, sem o viciamento taylorista-capitalista da organização do trabalho. Pelas suas alusões, vagas, a um *bouleversement* verdadeiramente «revolucionário» e autenticamente «radical» do processo de trabalho, Palloix parece apontar para qualquer coisa como um antitaylorismo «proletário» (oposto ao antitaylorismo «patronal» ou «burguês»)

<sup>76</sup> Em *Critique de la division du travail*, Seuil, 1973 (coordenação de A. Gorz).

<sup>77</sup> «Le procès de travail», in *La Pensée*, n.º 185.

e que é defendido mais explicitamente por sociólogos e pensadores muito vizinhos da sua linha de pensamento <sup>78</sup>.

Sindicatos de diversos países ocidentais, *managers* e empresários capitalistas têm defendido e posto em prática princípios de organização da empresa e do trabalho diferentes ou opostos aos do taylorismo-OCT (alargamento ou enriquecimento das tarefas, direcção por objectivos, constituição de grupos de trabalho semiautónomos, etc.). Recebem quase sempre estas experiências, da parte dos antitayloristas «proletários», denúncias de «recuperação capitalista» e refutações em bloco. Alguns defensores da linha «proletária» vão ao ponto de rotular de *neotaylorismo* o antitaylorismo «managerial» <sup>79</sup>. Pretendendo justificar tal acusação, declara-se nomeadamente — sem um sorriso amenizador — que o antitaylorismo managerial «não tem os profundos antecedentes duma revolução longamente precedida por tensões subterrâneas, procedendo, sim, da evolução tranquila e oportuna duma reforma» <sup>80</sup>. Perante as inúmeras experiências (algumas delas bem sucedidas) de alargamento e enriquecimento das tarefas efectuadas nos E. U. A. e na Europa ocidental, os representantes da linha «proletária» chegam mesmo a refugiar-se na absurda afirmação de que a parcelização do trabalho não é essencial para a organização taylorista... embora dela se tivesse tornado símbolo <sup>81</sup>. Mais: segundo estes teóricos, estaria bem no *espírito individualista* do taylorismo a ideia de aumentar a autonomia e o interesse do trabalho *individual* <sup>82</sup>. O «essencial» do taylorismo seria a separação das funções de concepção e execução, não vislumbrando os teóricos «proletários» qualquer correlação entre a separação daquelas funções e a parcelização ou «estilhaçamento» das tarefas de execução.

O que pretende ser, afinal, esta versão «proletária» do anti-taylorismo?

A primeira manifestação do «antitaylorismo» conheceu-a o próprio Taylor e veio com efeito da parte dos trabalhadores e sindicatos americanos. Em consequência das impetuosas reacções iniciais dos *operários qualificados* e dos sindicatos neles baseados contra a introdução dos novos métodos, Taylor chegou a ter de se «explicar» diante duma comissão do Congresso Americano (1912). Representantes do socialismo científico, nomeadamente sociólogos da Europa do Leste, catalogaram já este antitaylorismo inicial e espontâneo como proveniente das camadas menos conscientes dos trabalhadores e sindicatos — logo, de certo modo nocivo. Lenine, embora tivesse seguido com atenção a resistência dos trabalhadores e sindicatos americanos e europeus ocidentais à introdução dos métodos de Taylor, nunca se preocupou em fazer uma análise profunda desse fenómeno. Também já se referiu que a crítica leniniana do taylorismo se foi esbatendo e modificando a partir do seu primeiro artigo sobre o assunto, em 1913 (um ano depois do *Depoimento diante da Comissão do Congresso Americano*, de Taylor). Mais tarde, quando decidiu a adopção e divulgação sistemáticas dos princípios «científicos» de Taylor na Rússia, Lenine compariaria a (fraca) resistência dos sindicatos russos (sob influência menchevique)

<sup>78</sup> Designadamente Ch. Bettelheim, M. Maccio, B. Coriat, R. Linhart, Y. Maig-nien e M. Montmollin.

<sup>79</sup> Palloix, artigo citado; M. Montmollin, «Taylorisme et anti-taylorisme», in *Sociologie du Travail*, n.º 4 de 1974.

<sup>80</sup> Montmollin, *ibid.*

<sup>81</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>82</sup> *Id.*, *ibid.*

contra a introdução do taylorismo, com a (muito mais forte) resistência dos sindicalistas americanos e europeus ocidentais. Lenine qualificaria de «mencheviques ocidentais» estes últimos e denunciaria a «estreiteza corporativa», o «egoísmo», a «cupidez» e o «espírito imperialista» da *aristocracia operária* e seus sindicatos que no Ocidente se opunham à introdução dos métodos tayloristas<sup>83</sup>.

Deste modo, nas obras dos antitayloristas «proletários» modernos raramente se encontram referências ao antitaylorismo sindical americano e europeu ocidental, e menos ainda se lhe reconhece qualquer carácter «progressista» ou «proletário».

O antitaylorismo «proletário» parece hoje constituir monopólio dum quadrante político-ideológico bem determinado. Aparece sempre referido a certas práticas chinesas posteriores à «revolução cultural» e é defendido no Ocidente pelos arautos da linha «proletária» chinesa. Mas, enquanto na China parece tratar-se duma ideologia e duma prática (muitas vezes contraditórias) com a sua real *função histórica*, no Ocidente tem já todo o aspecto dum projecto desafiadoramente alheio à realidade económica e política. Seria, no entanto, errado interpretar aquela *função histórica* do «antitaylorismo» na China deduzindo-a — à moda de certo marxismo — do estágio de desenvolvimento económico e, muito particularmente, do grau de desenvolvimento da indústria chinesa. Na tese que mais adiante defenderemos, o «antitaylorismo» chinês aparecerá ligado, antes de mais, ao conflito que opõe naquele país as duas principais tendências de política interna e externa, com particular incidência nas questões de dependência ou independência económica e tecnológica.

Dum modo geral, as «raízes» ideológicas do antitaylorismo «proletário» vão muito mais além da «revolução cultural» chinesa. O pensamento gramsciano (atrás já delineado no referente a esta questão) e, sobretudo, o movimento stakhanovista na U. R. S. S. de Estaline são outros marcos históricos dessa doutrina e dessa prática. Seríamos talvez obrigados, paradoxalmente, a recuar até Marx e Engels. Mas é detendo-nos em Lenine e na Revolução Soviética que vamos encontrar, claramente explicitado, temperado no fogo da prática, o arquétipo daquilo a que hoje se daria o nome de *antitaylorismo* «proletário» ou «operário». Não deve surpreender que, na sua forma inicial, o antitaylorismo «proletário» se mostrasse mais *taylorista* do que *anti*. Tal não deverá surpreender porque, à partida, o taylorismo soviético encerrava uma contradição interior, propunha-se como objectivo a quadratura do círculo: para Lenine, com efeito, o taylorismo na Rússia deveria ser *apropriado colectivamente pela massa dos produtores*<sup>84</sup>. Assim, a *adoção* dos métodos taylorianos pela massa dos trabalhadores soviéticos resultaria numa *inversão* do próprio taylorismo, o qual deixaria já de servir a expropriação do saber e poder de controlo da maioria, para passar a servir precisamente o oposto, a apropriação colectiva da técnica e do poder de controlo<sup>85</sup>.

É justamente este tipo de absurdo que Ivan Illich refere quando alega a impossibilidade de apropriação do «instrumento» estruturalmente inapropriável (o sistema de Taylor cabe perfeitamente na categoria illichiana de

---

<sup>83</sup> Consultar a este propósito R. Linhart, *Lénine, les paysans, Taylor*, Ed. du Seuil, 1976, capítulo «Lénine et Taylor».

<sup>84</sup> Linhart, *op. cit.*

<sup>85</sup> *Id.*, *ibid.*

*instrumento* ou utensílio). Neste caso teríamos, pois, um instrumento de expropriação da massa dos trabalhadores (o sistema de Taylor) metamorfoseado em objecto e instrumento de apropriação pela massa dos trabalhadores...

Parece, de resto, sintomática a reserva expressa pelo próprio Lenine quando, referindo-se à «introdução do sistema de Taylor» na Rússia, afirmava que ela deveria ser «orientada pelos próprios trabalhadores, se eles forem suficientemente conscientes»<sup>86</sup>. Do grau de «consciência» dos trabalhadores dependeria a possibilidade de serem eles próprios a orientar a taylorização. Esta reserva não deixa de ser, também, mais um contributo para a clarificação do conceito marxista-leninista de «trabalhadores conscientes» e «trabalhadores mais conscientes». Sabe-se já que a atribuição do título, nos países do Leste, se faz desde sempre com base na fidelidade ao Partido e nas qualidades produtivas dos trabalhadores (*performances* e «desinteresse material»).

O «antitaylorismo proletário» — que veio pois à luz sob a forma de «taylorismo soviético» — aparece-nos, antes de mais, como arma do Partido leninista e do seu programa, na luta contra os quadros da administração económica e os técnicos, os chamados «especialistas burgueses». Omitindo o facto de a taylorização acarretar precisamente a multiplicação dos especialistas «não produtivos» e dos burocratas (ver em capítulo precedente), Lenine contava utilizar-se do taylorismo (hipoteticamente *simplificador* e *democratizador* da administração) para combater o profissionalismo administrativo e o «burocratismo». Tratar-se-á simplesmente duma «ingenuidade», dum «cálculo errado» de Lenine? Quer-nos parecer que não, ou não só: o seu objectivo prático não podia deixar de ser a multiplicação dos especialistas e dos burocratas nos locais de trabalho, coerentemente com os princípios de Taylor. Mas o que Lenine preconizava era que esses novos quadros proviessem das ditas camadas «conscientes» e «mais conscientes» dos trabalhadores. No plano ideológico e propagandístico, tal proveniência social era apresentada como «garantia» de não burocratização. No plano prático, isso permitiria naturalmente ao Partido, entre outras coisas, um melhor controlo dos elementos «burgueses». A *promoção* de quadros «proletários» *saídos* das fileiras dos trabalhadores «conscientes» foi uma das principais armas dos Partido leninista contra os quadros técnicos e dirigentes económicos. (Outra arma decisiva foi, evidentemente, a violência: basta lembrarmo-nos das brutalidades a que, designadamente, a direcção estaliniana recorreu contra os «especialistas burgueses» — técnicos, dirigentes económicos, oficiais, intelectuais, cientistas, etc.)

A promoção de trabalhadores «conscientes» fazia-se, em parte, com base nas *performances* individuais do trabalho, pois trabalhar voluntariamente e muito era já um importante factor de «confiança política». O movimento stakhanovista exprimia bem isso. Os «heróis do trabalho» que o movimento revelou eram destacados para percorrer o país divulgando as suas inovações e passavam a assumir posições de chefia. A promoção ia até ao ponto de serem «eleitos» deputados para o Soviete Supremo<sup>87</sup>. Mais curioso é verificar o *envolvimento taylorista deste mecanismo de promoção «proletária»*: ascender à *élite* operária stakhanovista consistia em inventar processos «gratuitos» de intensificação da produção, em duplicar e triplicar

<sup>86</sup> Primeira versão das *Tarefas Imediatas...*, passagem citada por Linhart, *op. cit.*

<sup>87</sup> S. Guershberg, *A Emulação Socialista*, Ed. Estampa, 1975.

as *performances* sem necessidade de qualquer investimento. O mineiro Alexei Stakhanov, que iniciou e deu o nome ao movimento, distinguiu-se precisamente pela sua ideia de *dividir o trabalho* de extração da hulha, vigamento, etc., que resultou num aumento considerável (multiplicação por 14) da produtividade média. Outra figura fundadora do movimento stakhanovista, o ferreiro Alexander Busiguine, bateu em 1935 o «recorde mundial» de produtividade na forja de eixos para automóveis, na fábrica de Gorki. Fez, na sua equipa, «uma redistribuição das tarefas, para que cada um tivesse o trabalho mais adequado às suas qualidades — uma operação requer inteligência, outra destreza e outra ainda força...»<sup>88</sup>. (É sabida a importância conferida por Taylor a esta questão e são célebres as suas pesquisas para a atribuição dum «coeficiente pessoal» aos operários a seleccionar para as diversas tarefas.) Como observou R. Linhart, os resultados espectaculares reivindicados pelo movimento stakhanovista «fazem pensar» nos números avançados triunfalmente por Taylor quando descrevia os sucessos das suas experiências de organização do trabalho. Mas também a ascensão dos operários stakhanovistas a postos de chefia faz lembrar o início da carreira em flecha do próprio Taylor, que de operário torneiro ascendeu a director da fábrica, pela sua excepcional capacidade («organizativa») de aumentar as cadências de trabalho, procurando sobretudo evitar a *contestação das normas científicas por parte dos operários*. Tal como outrora Taylor, os stakhanovistas demonstraram «cientificamente» — diante da direcção das empresas e da massa dos trabalhadores — que as cadências e as normas podiam ser aumentadas mediante pequenas «reorganizações».

É de assinalar que Estaline tenha apresentado e procurado utilizar o stakhanovismo como um movimento «revolucionário» contra o «conservadorismo» dos engenheiros e «especialistas burgueses», ciosos dos seus «privilégios de classe» — ou porventura mais inclinados a contestarem o sistema de gestão económica e a competência do Partido ou a reclamarem a adopção de tecnologias mais avançadas e novos investimentos. Estaline via nos quadros e técnicos «burgueses» inimigos reais ou potenciais da *orientação autárquica* soviética no plano económico e tecnológico, enquanto o movimento stakhanovista, como componente do esforço de mobilização total interna, servia objectivamente essa orientação.

O taylorismo «proletarizado» soviético, que teve no stakhanovismo o seu apogeu, foi, pois, um mecanismo de intensificação («voluntária») do trabalho, combinado com a promoção dos elementos operários «mais conscientes», e um instrumento nas mãos do Partido para a contestação e o controlo político dos rivais «tecnocratas» (os «especialistas burgueses»). Ver nisto uma «inversão» do taylorismo, uma idílica apropriação colectiva do sistema de Taylor pela massa dos trabalhadores ou um movimento revolucionário — eis o que nos parece relevar da mais pura fantasmagoria.

Na China pós-Revolução Cultural vamos reencontrar a teoria da luta entre as linhas ditas «proletária» e «burguesa» no campo da organização do trabalho. Neste país em vias de industrialização (ainda largamente pré-industrial, mas com pólos de industrialização acelerada) pretende-se, em teoria, combater a «propriedade da técnica por uma minoria» e «abolir a divisão burguesa do trabalho». Segundo o testemunho de adeptos europeus da linha «proletária» que recolheram as suas impressões *in loco*, «o grau de

<sup>88</sup> S. Guershberg, *op. cit.*

mecanização e, forçosamente, de automação é ainda muito baixo nas fábricas chinesas» e por toda a parte está na ordem do dia a *introdução de máquinas* e, onde estas já existem, o *desenvolvimento de cadeias de montagem* com vista à «substituição dos trabalhos mais penosos por novos trabalhos, monótonos mas menos penosos no plano do esforço muscular»<sup>89</sup>. Onde o carácter da produção e o nível tecnológico o permitem, procura-se simplificar, parcelizar e multiplicar as tarefas de modo a obter, pela *racionalização*, uma maior produtividade. Ainda ninguém pretendeu seriamente que, na China Popular, a industrialização e a técnica evoluem numa escala realmente diferente da já percorrida pelos países mais industrializados. Nomeadamente a massificação, a concentração industrial — catalisada pela propriedade estatal e pelas dimensões do país —, é uma tendência real que desmente completamente o bucolismo de certas imagens da China moderna. Os defensores mais lúcidos do «modelo» chinês, em geral com um conhecimento mais directo da realidade daquele país, têm mesmo combatido a falsa imagem que os sinófilos menos viajados propagam no Ocidente. Diz-nos assim B. Coriat<sup>90</sup>: «A China nada tem, é preciso dizê-lo claramente, do *paraíso ecológico-artesanal* sonhado por alguns. A questão da revolução técnica [o autor refere-se provavelmente à industrialização] reveste para a China uma importância muito grande: está aí em jogo a generalização do ensino secundário, a elevação do nível de vida das massas, o aumento da ajuda aos países do terceiro mundo, etc.» (No *etc.*, o autor incluiria, se assim o quisesse, o desenvolvimento do potencial bélico e defensivo, o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação e tratamento das informações.) A *industrialização* na China é «inevitável», como curiosamente afirma B. Coriat. A questão — afirma ele mais curiosamente ainda — consiste em saber que formas a industrialização pode aí tomar «para não comprometer a edificação socialista *propriamente dita*». Transparece aqui uma noção pouco ortodoxa (mas, pelo menos, bizarra) da relação entre o socialismo e as suas «bases materiais e técnicas». Com efeito, o autor define negativamente o sentido da industrialização («inevitável» e «não comprometedor») e considera, como que à parte, uma «edificação socialista *propriamente dita*». Esta quase *exterioridade* da industrialização em relação à edificação socialista reflecte bem as contradições do marxismo chinês, no plano teórico como no prático.

É evidente que o *processo de trabalho* na indústria fabril chinesa vai evoluindo segundo as linhas mestras da racionalização, que, no Ocidente, ficou desde o início ligada aos nomes de Taylor e Ford. Não é necessário sequer partir dos postulados do materialismo histórico para aceder a que entre o *processo material de trabalho* e, num sentido mais lato, os métodos de *organização do trabalho* há sempre uma estreita interdependência. Os imperturbáveis teóricos do «modelo» chinês não se deixam todavia paralisar pelas «aparências»: se há inegáveis indícios duma taylorização do processo de trabalho nas fábricas chinesas, «também existe certamente uma luta de classes sobre a questão»<sup>91</sup>. A «luta de classes» é, na China, a pedra filosofal que permite transformar a organização tayloriana num regime de trabalho oposto, antitaylorista e proletário. Na China, «certos(?) responsáveis da

<sup>89</sup> J. e C. Broyelle, «La lutte entre les deux voies dans les usines après la révolution culturelle», in *Temps Modernes*, n.º 341.

<sup>90</sup> *Science, technique et capital*, segundo ensaio.

<sup>91</sup> J. e C. Broyelle, artigo citado.

produção deixam-se arrastar para o fácil método capitalista, que consiste em aumentar a produtividade aumentando a intensidade do trabalho nas cadeias de produção»<sup>92</sup>. Mas é preciso ver mais longe, ir ao «cerne» da questão, distinguir, na realidade, o *acidente* (os «métodos capitalistas») da *substância* (a existência duma luta de classes). Segundo Charles Bettelheim — eminência entre os teóricos do «exemplo» chinês —, é a *luta política de massas* nos locais de trabalho, correctamente enquadrada pelo partido proletário, que poderá conduzir à abolição da divisão capitalista do trabalho e das relações capitalistas de produção, que se reproduzem nas fábricas. O controlo das massas sobre o funcionamento dos meios de produção seria, pois, o fruto daquela luta política. Existindo uma «luta política de massas», o «resto» parece dever eclipsar-se, reduzir-se às proporções de realidade não significativa. Uma coisa é certa: a luta do proletariado é *longa*. (Os dirigentes e ideólogos chineses parecem possuir uma noção curiosamente pré-industrial do tempo. Séculos e milénios não os assustam — o que confere, em terras asiáticas, uma notável elasticidade e transcendência à dialéctica marxista.)

Nas referidas circunstâncias de taylorização do processo de trabalho, a «apropriação colectiva» da técnica pelos trabalhadores chineses é assegurada do seguinte modo, segundo o defensor da linha «proletária» B. Coriat (obra citada, segundo ensaio, intitulado «Fábricas e universidades de fábrica na China depois da Revolução Cultural»):

Formam-se nas fábricas *grupos operários de controlo*, «*eleitos ou nomeados*», com a função de controlar periodicamente o trabalho dos responsáveis da gestão e, assim, «introduzir uma rotura entre o exercício das tarefas de gestão e o exercício do poder».

Fomenta-se a iniciativa dos operários para a inovação tecnológica, nomeadamente no âmbito dos grupos de *tripla união*, em que colaboram mais estreitamente operários, quadros e técnicos.

Revoluciona-se o sistema de ensino e formação profissional, incrementando-se a formação de «*técnicos saídos das fileiras operárias*» e a criação das chamadas *universidades de fábrica*, as quais permitiriam o «acesso das massas trabalhadoras ao domínio da técnica» nos próprios locais de trabalho e a «deslocação do centro de gravidade do ensino para as oficinas».

É prática corrente os quadros terem de cumprir um certo tempo semanal ou mensal de «trabalho produtivo», para se não «desligarem das massas».

Este esquema «ideal» é, naturalmente, contrariado na prática por diversos fenómenos: nem sempre é satisfatória a participação de operários nos grupos de «tripla união» para a inovação tecnológica, onde a sua presença é por vezes «inteira ou parcialmente *instrumentalizada*, servindo os operários aí apenas como reféns ou caução do programa fixado pela direcção e executado pelos técnicos»<sup>93</sup>; resta a incógnita de se a «revolução» do sistema de ensino e formação profissional resultará em algo mais do que a criação duma nova *élite*, embora «*saída das fileiras operárias*»<sup>94</sup>; o «trabalho produtivo» dos quadros, «em certos casos», tem tendência a tornar-se

<sup>92</sup> J. e C. Broyelle, artigo citado.

<sup>93</sup> B. Coriat, *op. cit.*

<sup>94</sup> Id., *ibid.*

um mero *ritual*, uma *formalidade* <sup>95</sup>. Mas, evidentemente, existiria uma «severa luta política» para o combate a estes fenómenos, o que logo os converte em «acidentes».

A política *produtivista* defendida e praticada por elementos «infiltrados» no Partido é outro alvo da «luta política de massas» na China, assim como as práticas «capitalistas» dos dirigentes empresariais cujo *objectivo* é aumentar a produção. Com efeito, o objectivo da revolução chinesa não é produzir-se mais — dizem-nos os arautos da linha «proletária». Produzir mais, atente-se na diferença, é, sim, «um meio e também uma consequência da revolução» <sup>96</sup>. Porventura dificilmente perceptível na prática, esta diferença substancial daria contudo azo a renhida «luta de classes». Outra nota curiosa do «produtivismo» em questão é que os seus mentores chineses *refutam a mecanização*. «A recusa de mecanizar e o produtivismo estão estreitamente ligados.» <sup>97</sup> Poder-se-ia pensar justamente o contrário, mas estas subtilidades ideológicas serão talvez mais compreensíveis se atendermos a que as acusações de «produtivismo» e «capitalismo» são meros chavões com que a «*élite*» *militante* (linha «proletária» do Partido) bombardeia desde sempre a «*élite*» *funcional* (quadros técnicos e dirigentes económicos), em arremetidas periódicas pelo controlo do poder político <sup>98</sup>. Quando a actividade económica e, particularmente, os investimentos não são convenientemente submetidos à crítica de quaisquer cálculos de rendibilidade — e o facto é que a linha «proletária» destronou o cálculo «capitalista» e levou ao trono a «revolução» —, a mecanização e muitas outras questões tendem naturalmente a tornar-se questões estritamente «políticas», isto é, resolúveis só no campo moedeiro da luta entre as duas *élites*, onde a «linha» na ofensiva as tenta explorar em seu proveito.

«Uma pessoa pensa, um operário faz qualquer coisa» — nesta máxima condensava Taylor toda a filosofia organizativa assente no dogma da separação das funções de concepção e execução. Em conformidade com este princípio, a taylorização traduz-se também, como já foi referido, pelo aumento do «sector terciário da produção», pela multiplicação das «repartições funcionais» especializadas (tecnologia, estudos e métodos, preparação do trabalho, etc.). Qual a situação na China a este respeito? M. de Montmollin, outro defensor da linha «proletária», declara, numa nota intitulada «Na China, uma nova moral industrial» <sup>99</sup>, que, naquele país, «os efectivos das repartições de estudos, de preparação do trabalho, etc., parecerão *esqueléticos* ao observador ocidental». Baseando-se em impressões sumárias e informações desgarradas do contexto real, Montmollin e Coriat concluem que o «desenvolvimento da iniciativa operária» tem como *consequência* na China a *redução* dos efectivos das repartições funcionais ligadas à tecnologia e enquadramento do trabalho. Há que constatar, em primeiro lugar, a arbitrariedade da manobra que consiste em apresentar como *resultado duma redução* os «reduzidos» efectivos das repartições de concepção. Por outro lado, seria útil ter em conta a evolução sofrida pelas empresas dos países do Leste europeu nas últimas décadas, até para um melhor conhecimento

<sup>95</sup> B. Coriat, *op. cit.*

<sup>96</sup> J. e C. Broyelle, artigo citado.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*

<sup>98</sup> As designações da «*élite*» *militante* e «*élite*» *funcional* provêm de F. Audrey, que, no seu recente livro sobre a China, fez uma análise histórica da luta entre as duas «linhas».

<sup>99</sup> *Le Monde* de 11 de Março de 1975.

das limitações das análises estáticas. Com efeito, nos países do Leste europeu, com a passagem duma economia de penúria a uma economia de consumo, a crescente complexidade das técnicas e da gestão económica, os progressos quantitativos e qualitativos da produção, a diversificação dos produtos e serviços e a criação de novas necessidades, etc., o esquema organizativo das empresas sofreria uma transformação considerável, acarretando designadamente um acréscimo do número e dos efectivos das repartições funcionais (orientadas quer para a produção quer para o mercado). Será que não estamos, neste caso, perante uma daquelas *leis de ferro da evolução económica* de que Marx falava no prefácio de *O Capital*? Os dirigentes chineses — como os alemães incrédulos a quem Marx gritou: *De te fabula narratur* — recusam-se a ver nos países do Leste europeu imagens do futuro do seu próprio país (assim como os dirigentes soviéticos se negam a reconhecer a sua antiga imagem reflectida na China actual). Rematando as suas considerações sobre as «tendências que se manifestam e realizam com uma necessidade de ferro», Marx emitiu a seguinte condenação: *O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar aos que o seguem na escala industrial a imagem do seu próprio futuro.*<sup>100</sup> Referia-se obviamente à Inglaterra, «lugar clássico» da produção capitalista. Será que o caminho percorrido pela «pátria do socialismo» nada mostra, hoje, à China Popular? De qualquer modo, mais útil do que especular sobre as «necessidades de ferro» da história seria, neste caso, comparar o esquema organizativo das empresas chinesas mais avançadas do ponto de vista tecnológico com o das empresas chinesas médias, o que os representantes ocidentais da linha «proletária» nunca se deram ao trabalho de fazer.

É certo que, na China, no plano ideológico-político e até na prática, aparecem algumas divergências em relação à orientação estalinista-soviética no domínio da organização do trabalho, papel dos técnicos, iniciativa operária, etc. Na China pós-Revolução Cultural, por exemplo, estão a ser radicalmente banidos os «estimulantes materiais», o que contrasta com os «salários muito elevados»<sup>101</sup> dos stakhanovistas na U. R. S. S. de Estaline. (Pouco se sabe, no entanto, sobre os critérios que presidem, por exemplo, à distribuição de alojamentos ou outras regalias, o que pode constituir um processo «camuflado» de «estimulação material».) Para além das eventuais divergências, parece-nos muito idêntica a orientação política e ideológica de fundo. O papel do pretenso «antitaylorismo» chinês seria assim semelhante ao do atrás descrito taylorismo «crítico» soviético, cuja expressão mais concentrada foi o movimento stakhanovista: intensificação «voluntária» da jornada de trabalho, selecção de técnicos e dirigentes «saídos da fileira operária» e arma de contestação, manejada pela «élite militante», contra os quadros e especialistas «burgueses». Tal como o stakhanovismo na U. R. S. S., o «antitaylorismo» chinês tem muito a ver com as *tendências autárquicas* da política económica e do desenvolvimento tecnológico, tendências resumidas no *slogan* maoista «contar com as suas próprias forças». A política chinesa de «*mobilização de todas as potencialidades*» vem aqui buscar as suas raízes talvez mais profundas. Além dum hipotético «isolacionismo congénito» (alegado por certos sinólogos ocidentais, como F. Audrey) que caracterizaria a grande nação asiática, além também do clássico e abstracto «cerco imperialista» a que já os dirigentes soviéticos igualmente se referiram

<sup>100</sup> Prefácio à 1.ª edição de *O Capital*.

<sup>101</sup> C. Guersherberg, *op. cit.*

sempre e *ainda hoje* se referem, há na história recente da China um acontecimento que exacerbou as tendências autárquicas. Na sequência do abandono dos muitos milhares de técnicos soviéticos e de outros incidentes que se lhe seguiram aquando da rotura das relações de «cooperação» entre os dois países, os dirigentes chineses, contando certamente com o apoio em bloco do seu povo, resolveram não ceder à chantagem e aventurar-se pelo caminho da total independência — inclusive a tecnológica — em relação à U. R. S. S. O movimento desde então surgido visa ainda actualmente, por exemplo, a mobilização de todos os trabalhadores e de todos os recursos técnicos e intelectuais para obstar às importações provenientes da U. R. S. S. (fabrico local de peças sobressalentes destinadas ao equipamento soviético anteriormente adquirido, substituição desse equipamento, etc.). Mas, se a causa da *independência* conta com adeptos em todos os elementos das duas *élites*, já o mesmo não se passará com a política de isolacionismo e autarquia. O diferendo entre as duas *élites*, projectado segundo a óptica ideológica da *élite* militante (linha «proletária»), aparece então como mero *reflexo da luta partindo das bases* pelo controlo da técnica e da ciência. Apoiadas pelo seu Partido, as massas chinesas «tomam de assalto os bastiões da técnica e da ciência», decididas a acabar com o elitismo dos técnicos e quadros ciosos dos seus privilégios de classe — esta a imagem transmitida para o exterior, nomeadamente pelos fiéis representantes ocidentais da linha «proletária». Resta saber se tudo isto não passará, afinal, de prelúdio à «inevitável» formação duma tecnocracia industrial «clássica» e à ascensão da China *independente* ao estatuto de potência industrial.

Pelas razões já expostas, não parece ter nada da *démarche* marxiana o método transplantativo que consiste em ir buscar à China em vias de industrialização, autárquica e militarizada, modelos de «revolução» ou «socialização» para o Ocidente altamente industrializado, com as suas nações e regiões em crescente extroversão e integração, com a sua «democracia burguesa» profundamente enraizada. Os defensores do modelo chinês deliberadamente não distinguem entre, por um lado, transformação real das condições e relações de produção e, por outro, «revolucionarização ideológica»<sup>102</sup>, o que lhes permite elogiar o *avanço* das relações de produção na China e tomá-las como *exemplo* para as sociedades altamente industrializadas. A «revolucionarização ideológica» pretende ser a negação das relações capitalistas de produção e do taylorismo, dando lugar a um *novo modo de desenvolvimento das forças produtivas*, o qual, segundo Bettelheim, «deixou de estar estreitamente subordinado a uma acumulação prévia»<sup>103</sup>. Autêntica varinha mágica, que permite *industrializar* sem «prévia» acumulação! «Na fábricas que visitamos na China pode-se constatar que o crescimento da produção deixa de depender estreitamente do montante de investimentos; assim, como Marx havia previsto, no desenvolvimento socialista das forças produtivas é o trabalho vivo que é o factor directa e imediatamente decisivo e dominante, enquanto o trabalho morto não passa dum factor subordinado e secundário.»<sup>104</sup> Bettelheim (e todos os outros representantes ocidentais da linha «proletária», nos seus relatos de viagem à China) refere-se ao facto de nu-

<sup>102</sup> J. e C. Broyelle (artigo citado) «explicam» o termo em questão (que frequentemente se encontra nos textos ideológicos chineses), precisando que ele «significa» *transformação das relações de produção*.

<sup>103</sup> Ch. Bettelheim, *Révolution culturelle et organisation industrielle en Chine*, Ed. Maspero.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*

meras empresas industriais, ou a sua maioria, desenvolverem no seu seio um sector de produção do equipamento de que necessitam, dando assim cumprimento à palavra de ordem maoista de «contar com as suas próprias forças». Nestas condições, pedir-se-ia à massa dos trabalhadores não só que produzam, executem, mas também que *melhorem os antigos meios de produção, fabriquem novos e introduzam inovações técnicas*. Outra consequência desta «revolução» seria a *tendência decrescente da aquisição de equipamentos no exterior das empresas*, logo o papel preponderante do «trabalho vivo», das «inovações de massa» nos locais de trabalho, da mobilização de todos os recursos locais. (As relações entre empresas chinesas tenderiam pois a ser regidas à imagem dos princípios de política externa da China...) Omitindo assim toda uma série de «previsões» de «Marx, Bettelheim supõe ver na China a realização do socialismo, depois de constatar aí o «papel dominante do trabalho vivo» sobre o «trabalho morto». A especialização da produção, a cooperação em grande escala, a universalização das trocas — linhas de evolução apontadas por Marx —, são postas de lado. *A libertação dos trabalhadores resultaria da auto-suficiência, da desespecialização, do «contar com as suas próprias forças» generalizado*, contrariamente à visão marxiana duma produção social crescentemente integradora das unidades produtivas, das regiões, dos países e dos continentes.

Se é certamente muito discutível o que Marx realmente «previu» (embora, por exemplo, não pareça que Marx tenha «previsto» a industrialização como missão histórica do socialismo ou da revolução socialista, questão nada cara aos maoistas), certo é também que, além duma *revalorização do trabalho vivo*, Marx «previu» também, entre outras coisas, uma muito considerável *redução do tempo de trabalho*, mais precisamente, a maximização do *tempo livre* (a consagrar pelos indivíduos ao livre desenvolvimento das suas capacidades, produtivas e espirituais). Esta questão do tempo livre é tanto mais importante quanto Bettelheim se esquece de falar dos investimentos em trabalho vivo, isto é, do montante de horas de trabalho, ao declarar que, nas fábricas chinesas, o acréscimo da produção deixa de depender estreitamente do «montante dos investimentos» (no qual nitidamente apenas inclui o equipamento e a tecnologia provenientes do exterior da empresa). Os adeptos do «modelo» chinês, que em relação a esse país pouco ou nunca se pronunciam sobre a questão do tempo livre, apresentam, no entanto, como uma «espécie» de tempo livre o *tempo de trabalho* consagrado às supostas «inovações de massa» nos locais de trabalho. O raciocínio é dialéctico: como que demonstra a *negação da negação* do tempo de trabalho; além disso, comprova a realização de mais uma «previsão» de Marx sobre a sociedade socialista. Não é verdade que Marx previra a consagração do tempo livre ao desenvolvimento das capacidades produtivas? A dialéctica ajudando, tudo é demonstrável, inclusive que o tempo livre, burguesmente entendido à letra, é na China uma categoria capitalista. Esta originalíssima concepção «marxista» do tempo livre reflecte-se, por exemplo, na condenação da concessão aos trabalhadores de *tempo livre como prémio de produtividade*, sob a acusação de «estímulo material de natureza capitalista»<sup>105</sup>.

Quanto à afirmação de que o desenvolvimento das forças produtivas «deixou de estar estreitamente subordinado a uma *acumulação prévia*», o mínimo que se pode dizer é que Bettelheim joga com as palavras: uma certa auto-suficiência em meios de produção, pela sua criação *local*, assim como

<sup>105</sup> J. e C. Broyelle, artigo citado.

certo desenvolvimento *local* de tecnologia, nada subtraem ao carácter *prévio* dessa *acumulação* necessária ao acréscimo da produção. Uma parte da acumulação pode fazer-se exclusivamente pela exploração de recursos locais existentes ou criados, mas nem por isso deixa de constituir uma *acumulação prévia*. Por outro lado, como Bettelheim não toca no problema dos *custos comparativos* (o que já exala um certo odor a rendibilidade e mercado!), isso permite-lhe dourar a auréola do «trabalho vivo» e preferi-lo à quase pejorativa «acumulação prévia» (entenda-se: aquisição ou compra de equipamento ou tecnologia), rotulando finalmente todo o sistema de «novo modo de desenvolvimento das forças produtivas» — isto é, *novo modo de produção*, o modo de produção *socialista*...

Haveria toda uma outra interpretação a dar aos factos observados por Bettelheim, Maccio, Coriat, Broyelle, Montmollin, etc., nas fábricas chinesas. O marxismo actual, e muito particularmente o marxismo chinês, não estão em condições de dar essa interpretação, em virtude do grau de petrificação atingido pela teoria dos modos de produção. A ideia fixa das «relações de propriedade» e outros preconceitos, muitos deles pós-marxistas, impedem, efectivamente, de compreender certo «artesanato tecnológico» chinês, a negação até certo ponto de alguns princípios taylorianos (especialização funcional das unidades produtivas, por exemplo), que se deveriam relacionar com a escassez de recursos internos para a industrialização acelerada, com o carácter primário, embrionário, da sociedade industrial chinesa, com a localização relativa deste país na escala mundial do desenvolvimento industrial e tecnológico e, finalmente, mas principalmente, com o isolacionismo independentista e anti-imperialista, regra suprema da política da China.

Perante a escassez interna dos recursos e a intransigente posição chinesa no que respeita à utilização de recursos externos, a *industrialização acelerada* (esta expressão subentende uma tentativa de *recuperação* em relação a sociedades muito mais industrializadas) exige na China uma mobilização total dos recursos *disponíveis*. Numa determinada fase, esta mobilização assume aspectos dramáticos e os seus resultados são sempre «espectaculares»: é já longa a lista dos *milagres* produzidos pela mobilização «revolucionária» das massas chinesas. (J e C. Broyelle relatam um destes «milagres»: em 1958, um ferido da Guerra da Coreia amputado de pernas e braços, com mais doze «donas de casa», fundaram uma pequena oficina de lubrificantes, com o «capital» inicial de três caldeirões e 25 *yuans*; dez anos depois, eis que a oficina se havia transformado num pequeno complexo químico, com uma produção muito diversificada, empregando 540 operários; as instalações e mais de metade dos equipamentos tinham sido obra dos próprios trabalhadores.) Mas, à medida que a industrialização avança na China, os «recursos existentes» vão sendo outros, porque se vão acumulando, e a «mobilização revolucionária de todos os recursos» vai-se transformando em *gestão de recursos*. (Para *tirar* do nada o complexo químico são necessárias toda a criatividade e participação de *todos* os trabalhadores; outro tipo de «mobilização» será necessário para o fazer funcionar eficazmente, para racionalizar o potencial produtivo; ainda outro tipo de «mobilização dos recursos» será necessário para o complexo químico atingir ou ultrapassar o nível tecnológico mundial do sector...) Em resumo, quando a China se transformar numa *sociedade industrial* e quebrar o seu isolamento, os maoistas ocidentais correm o risco de deixar de a considerar um país *socialista*.

Paralelamente às propostas de transplantação do «modelo» chinês de desenvolvimento material e social para os países mais industrializados, os defensores da linha «proletária» dão-se ainda ao luxo, como já se referiu, de refutar em bloco o antitaylorismo «managerial» ou «burguês» que se vai desenvolvendo nos países ocidentais. As acusações concretas que lhe fazem já as apontámos: o antitaylorismo «patronal» não passaria dum *neotaylorismo* disfarçado, pois permaneceria produtivista, apelando para o individualismo, consolidando a separação das funções de concepção e execução e a divisão hierárquica do trabalho. Toda a corrente antitaylorista «patronal» não teria senão um sentido: readaptar a organização do trabalho às exigências do lucro. (A rentabilidade económica, na concepção «proletária» — um pouco como na de Ivan Illich —, é uma categoria absolutamente negativa, pois que o lucro seria produto da realização dum *valor de troca* eternamente alheio ao *valor de uso* e aos *custos sociais*; a diferença entre Illich e os marxistas-leninistas é que o primeiro «condena» coerentemente também a busca da produtividade industrial, enquanto os segundos exorcizam apenas o «produtivismo», tal como o entendem.) Contaminado pelas «exigências do lucro», o antitaylorismo «managerial» estaria — à partida e em bloco — votado à manutenção das relações «capitalistas» dominantes. É a altura de nos interrogarmos: donde provém, afinal, e para onde evolui o antitaylorismo dos *managers*?

A primeira corrente crítica do taylorismo<sup>106</sup> que encontrou eco nomeadamente em círculos patronais foi a escola americana das relações humanas. Esta escola ter-se-á orientado prioritariamente para práticas da manipulação psicológica dos trabalhadores, visando a sua integração paternalista e clubista na empresa. A melhoria do *ambiente* de trabalho (as instalações puramente funcionais concebidas por engenheiros começaram a ser modificadas segundo os conselhos de psicólogos e sociólogos industriais) e das *relações pessoais* nas células de trabalho da empresa foram outros objectivos da orientação *human relations*. Tal como o sistema de Taylor, esta escola propunha-se eliminar a «raiz» dos conflitos sociais na empresa. A nova «racionalização» alargava apenas as suas bases «científicas» aos resultados entretanto obtidos por diferentes ramos da psicologia (sendo os resultados mais válidos os referentes à análise das motivações no trabalho e dos desequilíbrios psicológicos). Os especialistas de «relações humanas» nunca deixaram também de estar submetidos à prioridade absoluta do *princípio de rentabilidade*: os custos das organizações que propunham deviam ser sempre largamente compensados por um *aumento marginal da produtividade*.

À primeira corrente crítica importante outras se foram seguindo, verificando-se uma crescente distanciação em relação aos dogmas taylorianos. As condições «técnicas» de produção deixariam gradualmente de ser encaradas como «dadas» e indiscutíveis, pelas quais os comportamentos individuais e sociais deviam ser moldados (recordemos aqui a posição de Engels sobre este problema...). A abordagem de conjunto, orgânica, dos aspectos sociais e técnicos da organização produtiva é já característica da *escola sociotécnica*. A própria orientação integracionista, isto é, básica-

---

<sup>106</sup> Sobre as correntes críticas do taylorismo ver, por exemplo, Claude Durand, «Les politiques patronales d'enrichissement des tâches», in *Sociologie du Travail*, n.º 4 de 1974.

mente anticonflitual, das doutrinas de empresa foi cedendo o lugar a visões mais lúcidas do papel social dos conflitos.

O mais moderno «antitaylorismo managerial» não nasce certamente duma inesperada conversão dos *managers* aos mais puros princípios humanistas, nem apenas porque se reconheceu que a produtividade tem razões que Taylor desconhecia... A histórica ultrapassagem do taylorismo deve-se em grande parte à impossibilidade da sua coerente realização na prática. A aplicação coerente dos princípios de separação funcional do pensamento (concepção) e execução, assim como a total regulamentação *a priori* e centralizada da actividade da empresa, não levam a sítio nenhum. São largamente conhecidas também as dificuldades muitas vezes intransponíveis do estabelecimento de normas «científicas» com base na decomposição (análise) dos movimentos e na cronometragem. Para funcionar na prática, a organização tayloriana tem de ser profundamente ecléctica e de se submeter, pelo menos em parte, à organização informal da empresa. No seu artigo «Les contradictions de l'hétérogestion»<sup>107</sup>, Yvon Bourdet fornece uma visão detalhada deste problema. Retomando e desenvolvendo as teses de Castoriadis e outros, Bourdet afirma que, «se os operários se contentassem com aplicar à letra as regras que lhes são impostas, a fábrica não funcionaria». E a prova mais flagrante de que os operários e, em geral, os trabalhadores de execução nunca são realmente dispensados de pensar é, segundo Bourdet, a greve de zelo: para os trabalhadores bloquearem o funcionamento do serviço basta «deixarem de pensar» e seguirem escrupulosamente os regulamentos em vigor. Ford pretendia (ou gabava-se de) pagar aos seus operários para *não pensarem* e se limitarem à execução de operações e instruções preestabelecidas e estandardizadas. Mas isso reflectia menos a realidade do que o ideal «racionalista» e utópico do capitalista.

Só a máquina é dispensada de pensar, mas, como alguém disse, aí reside precisamente o seu maior «defeito». E eis que a suposta «máquina de pensar», o computador, vem reforçar a verdade daquela máxima. F. Dalle e J. Bounine<sup>108</sup>, representantes da vanguarda do antitaylorismo «managerial», descrevem-nos as decepções e os revezes da primeira vaga de computerização das empresas, da qual se esperavam resultados miraculosos: embora Taylor não fizesse a mínima ideia do computador quando elaborou a sua teoria da empresa, «acontece que, mal apareceu, o computador se apresentou como o meio por excelência ao serviço do taylorismo. [...] O computador incitou, efectivamente, à procura da economia de escala na produção das informações de gestão. Com isso favoreceu a constituição das *redes de comunicação em forma de estrela*<sup>109</sup> e o respeito pelos princípios de regulamentação centralizada da produção instaurados pelo taylorismo». A introdução do computador nas grandes empresas visava solucionar as contradições da organização tayloriana (acabar com a inflação de «colarinhos e batas brancas» e levar mais coerentemente à prática o princípio da separação das funções de concepção-gestão e de execução). Todavia, o computador, ou, melhor, a *informática centralizada*, acabou por dar ainda mais relevo àquelas contradições. Apareceu, em primeiro lugar, «todo um novo sector

<sup>107</sup> *Autogestion*, n.º 8, Junho de 1969.

<sup>108</sup> *Quand l'entreprise s'éveille à la conscience sociale*, R. Laffont, 1975, trad. portuguesa: *O Papel Social da Empresa*, Ática, 1976.

<sup>109</sup> «Cada executante recebe instruções pormenorizadas, emanadas do centro, sobre as tarefas que tem de executar, e é esse mesmo centro que presta contas da realização do seu trabalho.» (*Op. cit.*)

*terciário da produção* (o pessoal da informática), cujas preocupações se acharam prioritariamente orientadas para o serviço do computador»<sup>110</sup>. A inflexível lógica interna do computador «modelava a empresa a seu gosto», reforçando ainda mais a rigidez da «comunicação em estrela» e dos processos de produção taylorizados. Quanto a muitas das operações que a informática centralizada procurou suprimir, elas «tinham um certo sentido para aqueles que as executavam», o que levou «à manutenção e até ao desenvolvimento de sistemas de informação paralelos»<sup>111</sup>. Numa primeira utilização, o computador tornou-se, assim, mais um símbolo do permanente fracasso das concepções unitaristas da organização social e das tentativas de eliminação da iniciativa e do «pensamento» dos trabalhadores. A informática centralizada apareceu como a caricatura da utopia negativa tayloriana. As suas decepcionantes consequências económicas e sociais vêm também lançar uma nova luz sobre a questão da «autoridade no seio da empresa» e da regulamentação *a priori* e centralizada da actividade produtiva em geral, temas tão caros aos teorizadores de vias únicas — Marx e os marxistas, assim como Taylor e os seus seguidores.

Na obra de F. Dalle e J. Bounine (que considerámos já representantes da vanguarda do chamado *antitaylorismo managerial*) é apresentado um projecto de alternativa à colectivização tradicional, de tipo capitalista «clássico» — que é sinónimo de massificação das estruturas, concentração dos indivíduos, dos meios e dos poderes, dicotomia radical no campo da organização do trabalho (concepção-gestão/execução), especialização infinitésima das tarefas, etc. Para além das propostas referentes à pluralização das estruturas de poder na empresa, aquilo que os autores apresentam como a «esperança do taylorismo ao contrário» assenta resumidamente nos seguintes princípios, considerados já minimamente testados na prática por experiências pioneiras:

1) Onde a produção combina máquinas e homens é possível opor ao princípio tayloriano de especialização funcional das oficinas, dos equipamentos e dos trabalhadores um princípio de *especialização por produto ou por subconjunto de produtos*. Contrariamente ao primeiro, o segundo consiste em «decompor, por oficinas, o catálogo dos produtos da fábrica e pôr à disposição daquelas o conjunto de meios que lhes são necessários para realizar a parte do catálogo que lhes cabe». Notar as diferenças relativamente à proposta de decomposição das grandes fábricas, de autoria de S. Weil.

2) Na empresa, um serviço de planeamento central deve subsistir, mas reservado às suficientemente absorventes tarefas de coordenação geral. A produção local é negociada com o planeamento central. O controlo da execução dos planos das oficinas é efectuado localmente, sendo apenas necessários para o efeito meios de controlo de carácter «artesanal». A maior parte da papelada e dos subprodutos engendrados pela «organização racional» do trabalho administrativo desaparece.

3) O taylorismo incitara constantemente ao *crescimento da dimensão* e da *especialização*. O «taylorismo ao contrário» visará a desmassificação e «decomposição da empresa em células vivas e mais humanas» e a polivalência do equipamento. Para tal é necessário orientar também a engenharia por vias novas e múltiplas, sem o que não será possível, por exemplo,

<sup>110</sup> Dalle-Bounine, *op. cit.*

<sup>111</sup> *Id., ibid.*

abandonar — «quebrar» — a *cadeia de montagem*, quando a sua automação progressiva não for viável ou desejável. Contrariamente à rigidez dos processos de produção taylorizados, devem ser critérios fundamentais da escolha de novas técnicas a flexibilidade, a capacidade de adaptação às inúmeras variáveis económicas e sociais, muitas vezes interligadas (por exemplo, possibilidade de introduzir horários flexíveis, capacidade de adaptação ao ritmo e natureza da procura). O «taylorismo ao contrário» encorajará o «artesanato tecnológico», ou seja, a disseminação de equipamentos especializados no seio duma mesma oficina, nas «células», porque se trata, contrariamente ao taylorismo, dum processo sintético: «não considera as funções elementares de produção em separado, mas sim em relação ao produto acabado ou ao subconjunto no qual se inserem.» Para a concepção de novas técnicas, o engenheiro não pode fechar-se na torre de marfim dos gabinetes de estudos. É essencial o funcionamento de «grupos associativos de indução e síntese» em que colaboram criadoramente operários, vendedores, investigadores e quadros superiores da hierarquia (os grupos de «tripla união» não são uma invenção chinesa).

4) O aparecimento na última década do *computador miniaturizado* criou grandes possibilidades duma informática descentralizada. Pelas suas características — inclusive os seus baixos custos<sup>112</sup>, —, o computador miniaturizado encorajará a constituição de redes de *informação descentralizada*, a *recomposição* das tarefas administrativas elementares, a *decomposição* da empresa em órgãos vivos que disponham de informação e capacitados para uma maior autonomia de planificação e controlo, numa palavra, a «inversão» do esquema organizativo tayloriano.

5) As vantagens do «artesanato tecnológico» dependerão muito da medida em que se renunciar à «preocupação de coerência *a priori* de que procedem as concepções unitaristas da organização das sociedades». Essa preocupação foi, como se referiu, exacerbada numa primeira fase pela imposição do computador-fábrica, a informática centralizada. Mas também o próprio processo de inovação social destaylorizante poderá ser seriamente comprometido se se pretender legislar *a priori* tudo a seu respeito. As propostas criadoras e as experiências devem ser múltiplas e as «vias únicas» rejeitadas, pois só este pluralismo permitirá vencer as resistências psicológicas e sociológicas à mudança.

Afirmam os críticos (de «esquerda») da corrente antitaylorista «patronal» que esta se desmascara ao refutar o sistema de Taylor segundo juízos bem determinados e sumamente «suspeitos». Com efeito, para a corrente managerial, o que parece decidir, em última análise, contra o sistema de Taylor e a favor de sistemas mais «harmónicos» são frequentemente considerações relativas à melhoria quantitativa e qualitativa da produção ou ao evoluir mais favorável dos custos de produção. Deste facto concluem os tais críticos que o antitaylorismo «patronal», em bloco, apenas visa melhorar as condições de realização do lucro e capitalização, logo, perpetuar a dominação capitalista. Ora a verdade é que a economia dos factores de produção e, mais ainda, a melhoria qualitativa dos produtos não podem ser classificadas redutivamente como simples condições de realização do lucro. Por sua

---

<sup>112</sup> «A partir de agora é economicamente lícito encarar uma mais larga disseminação dos equipamentos de tratamento da informação no seio das estruturas da empresa. Pode-se agora pensar, antes de mais, na *utilidade* da informação, em vez dos *custos da sua obtenção*.» (Dalle-Bounine, *op. cit.*)

vez, o facto de os *managers* e patrões apelarem — convictos de que isso resultará num aumento da produtividade — para a iniciativa, criatividade e responsabilidade dos trabalhadores não parece «colar» de modo algum com a descrição dada por Marx da alienação do trabalho em regime capitalista. O que Marx estabeleceu como lei do capitalismo é que a riqueza produzida está na razão directa do embrutecimento, arregimentação, desvalorização e pauperização dos trabalhadores que a produzem. Quanto maior é a riqueza que sai das mãos dos trabalhadores, mais se esmagam nestes as potencialidades criadoras, mais se transformam em servidores passivos e desvalorizados do maquinismo industrial. E por aqui também via Marx a condenação histórica do «modo de produção capitalista»: para se manter, o capitalismo esmaga as potencialidades que seriam necessárias ao desenvolvimento ulterior das forças produtivas.

É certo que as diferentes concepções e práticas antitayloristas «manageriais» podem ter um valor e um significado muito diversos e desenvolver-se mesmo em sentidos opostos. Mais que as motivações pessoais dos *managers* e reformadores, e talvez mais ainda que as novas *legislações* que se poderão introduzir nas empresas, importa aqui saber quais as remodelações preconizadas a médio e longo prazo no campo das condições técnicas de produção e de funcionamento da empresa em geral. A instauração dum *forum* de democracia formal no seio da empresa, sem embargo do seu carácter «espectacular», pode não ter grande alcance prático ou transformar-se simplesmente em mais um eficaz meio de manipulação. A « direcção por objectivos », desligada de quaisquer outras medidas reestruturadoras da empresa e da organização do trabalho, pode tornar-se, nas mãos dos dirigentes, um instrumento de intensificação («voluntária») da jornada de trabalho<sup>113</sup>. As práticas de alternância (rotação), alargamento e enriquecimento das tarefas individuais de trabalho podem igualmente servir apenas para adiar *verdadeiras soluções* — quando essas práticas «inovadoras» não são pura e simplesmente rejeitadas pelos trabalhadores<sup>114</sup>. Parece, no entanto, evidente que uma verdadeira reforma, irreversível, da organização do trabalho e da empresa no sentido duma «inversão» das práticas e dos princípios taylorianos tem muito mais viabilidade nos países altamente industrializados, onde estas experiências se vão fazendo. A industrialização e toda a evolução do sistema industrial são, com efeito, caracterizadas — desde a pequena produção artesanal — pela busca da economia de escala e da especialização do trabalho social, busca da qual o sistema de Taylor representa talvez a primeira grande sistematização e metodologia. Nos países já altamente industrializados, a questão que se põe de modo cada vez mais claro é a de saber, como F. Dalle pergunta, «se o sistema industrial não terá já levado a economia de especialização a um grau incompatível com, por um lado, as suas capacidades reais de coordenar tarefas produtivas especializadas e, por outro, os objectivos de progresso económico e social que pretende servir». (Reencontramos aqui a linha de pensamento do crítico «utópico» Ivan Illich, que procura estabelecer um *limiar*, atingido na sua evolução pelo sistema industrial, a partir do qual apenas aumenta a «desutilidade marginal» do crescimento económico e das instituições, assim como a «incontrolabilidade» do sistema.) A contestação e o abandono do

<sup>113</sup> Ver a este respeito A. Wisner, «Contenu des tâches et charge de travail», in *Sociologie du Travail*, n.º 4 de 1974.

<sup>114</sup> Id., *ibid*.

taylorismo são, nestes países, uma imposição prática do sistema produtivo e social, que se aproxima vertiginosamente do esgotamento das suas potencialidades tradicionais, e não uma ideologia que se «abraça» como um credo ou se instrumentaliza em manipulações políticas.

Evitando embora qualquer teorização duma sequência necessária e rígida de etapas da organização do trabalho industrial, poder-se-á localizar o antitaylorismo dos *managers* na emergência dum ponto de rotura, na proximidade duma fase realmente pós-taylorista da organização industrial. Neste caso relegaríamos o «antitaylorismo proletário» para o plano das doutrinas pré-industriais ou «industrializantes» e veríamos nele mais um pré-taylorismo ou um taylorismo camuflado do que a negação do sistema de Taylor. Nenhuma «lei de ferro» da história obriga os países em vias de industrialização — e entre eles a China, ainda largamente camponesa — a percorrerem todas as «etapas» da escala já percorrida pelos países industriais, nem estes a percorrerão do mesmo modo nem ao mesmo tempo. Mas uma coisa é queimar «etapas» dessa escala e outra seria — como os Soviéticos pretenderam em relação ao seu país e os maoistas hoje pretendem em relação à China — iniciar um desenvolvimento numa *escala diferente*, traçar e percorrer uma rota que não é de *recuperação*, antes servirá de *modelo* para o resto do mundo.